

RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS.....	5
REPORTING FINANCEIRO.....	9
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	11
RECEITA.....	13
RECEITA PRÓPRIA.....	16
TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS.....	18
FINANCIAMENTO BANCÁRIO.....	19
DESPESA.....	20
DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – CORRENTE E CAPITAL.....	22
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL.....	24
DESPESAS COM PESSOAL.....	25
COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES DE ANOS SEGUINTE.....	26
RESULTADO ORÇAMENTAL.....	27
PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	29
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	30
BALANÇO.....	31
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	36
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	38
ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	39
CONTABILIDADE DE GESTÃO.....	41
ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES.....	42
OUTRAS SITUAÇÕES.....	47
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	47
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	48

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, devem traduzir com rigor o desempenho económico e financeiro da respetiva entidade, aferida a um determinado período, usualmente um ano civil.

O presente Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022 traduz a apresentação de contas do Município de Alcácer do Sal, elaboradas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Este documento respeita a estrutura apresentada pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO), para o Modelo Único de Prestação de Contas das Entidades Públicas. O balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, o anexo às demonstrações financeiras, a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis que decorrem da Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro (LEO), na sua redação atual e do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP) também na sua atual redação.

Os documentos agora apresentados foram também elaborados de acordo com as normas não revogadas pelo SNC-AP do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e com as Instruções n.º 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República n.º 46/2019 de 6 de março do Tribunal de Contas, posteriormente atualizada pela Resolução n.º 6/2022, de 05 de janeiro de 2023, do mesmo Tribunal.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o nº 4 do artigo 52º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

A publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, nas suas redações atuais, abriram caminho à reforma da gestão pública, situação que foi encarada pelo Município de Alcácer do Sal, como um desafio.

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos e melhorar a transparência das contas das entidades públicas.

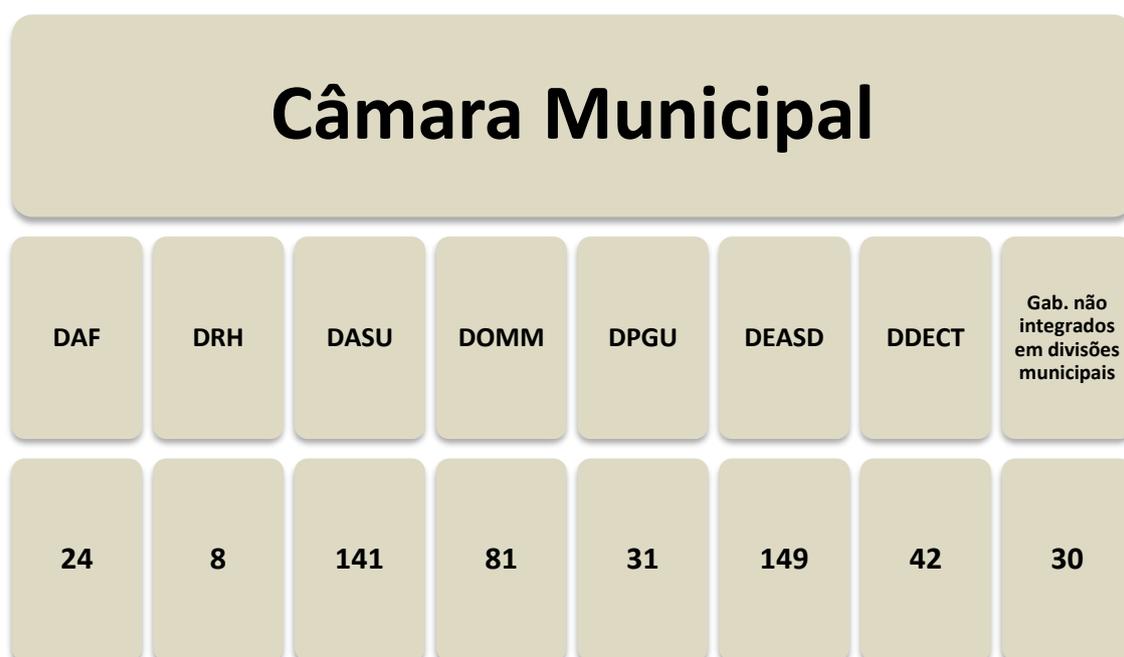
Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/3013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL E RECURSOS HUMANOS

O Município de Alcácer do Sal, em 31 de dezembro de 2022, contou com 506 trabalhadores, distribuídos por várias unidades orgânicas.

A DAF - divisão de administração e finanças, a DRH - divisão de recursos humanos, a DASU - divisão de ambiente e serviços urbanos, a DOMM - divisão de obras municipais e mobilidade, a DPGU - divisão de planeamento e gestão urbanística, a DEASD - divisão de educação, ação social e desporto, a DDECT - divisão de desenvolvimento económico, cultura e turismo e, os Gabinetes não integrados em divisões municipais, a saber, o Gabinete de Apoio à Presidência, o Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, o Gabinete Jurídico e Contra Ordenações, o Gabinete de Informática e Rede de Dados, o Gabinete de Comunicação, o Gabinete Veterinário, Gabinete de Proteção de Dados e o Serviço Municipal de Proteção Civil.

Figura 1 - Distribuição dos trabalhadores por unidades orgânicas



O Município conta ainda com: um trabalhador em cedência de interesse público na Direção de Turismo do Alentejo; dois trabalhadores em comissão de serviço em duas câmaras municipais e outros dois em juntas de freguesia; três em mobilidade na

categoria, em duas entidades públicas e, por último, cinco em licença sem remuneração.

O total de trabalhadores em relação a 2021 cresceu 17%, representando em termos absolutos, um acréscimo de 75 trabalhadores. Este aumento deve-se sobretudo aos trabalhadores que integraram os quadros do Município por força da transferência da delegação de competências no âmbito da educação que se efetivou a 1 de abril de 2022 e às entradas e saídas durante o ano de 2022.

Foi a carreira de assistente operacional que registou o maior aumento de trabalhadores, num total de 25, seguida pela carreira de assistente técnico com mais 19, pelo que a carreira de assistente operacional continua a ser a mais representativa no Município com um peso de 63% sobre o total de trabalhadores.

Em relação às habilitações literárias, o grupo de trabalhadores onde houve maior aumento foi o grupo com o 12º ano de escolaridade com mais 42 trabalhadores, seguido pelo 9º ano de escolaridade com mais 24. Assim sendo, o nível de escolaridade com maior peso na estrutura continua a ser o 12º, representando 30% dos trabalhadores.

O intervalo de idades entre os 45 e os 49, continua a ser o mais representativo do Município com 20% do total porque foi também o que registou o maior aumento de trabalhadores oriundos das escolas do concelho.

O Município conta agora, ao contrário do ano passado, em que os homens eram em número superior às mulheres, com mais 75 mulheres do que homens na sua organização. O número de homens mantém-se inalterado em 223 e o número de mulheres passou para 283.

Mostramos abaixo os gráficos relativos aos recursos humanos do Município, onde se encontram alguns dos dados acima referidos:

Gráfico 1 - Distribuição dos trabalhadores por carreira ou função

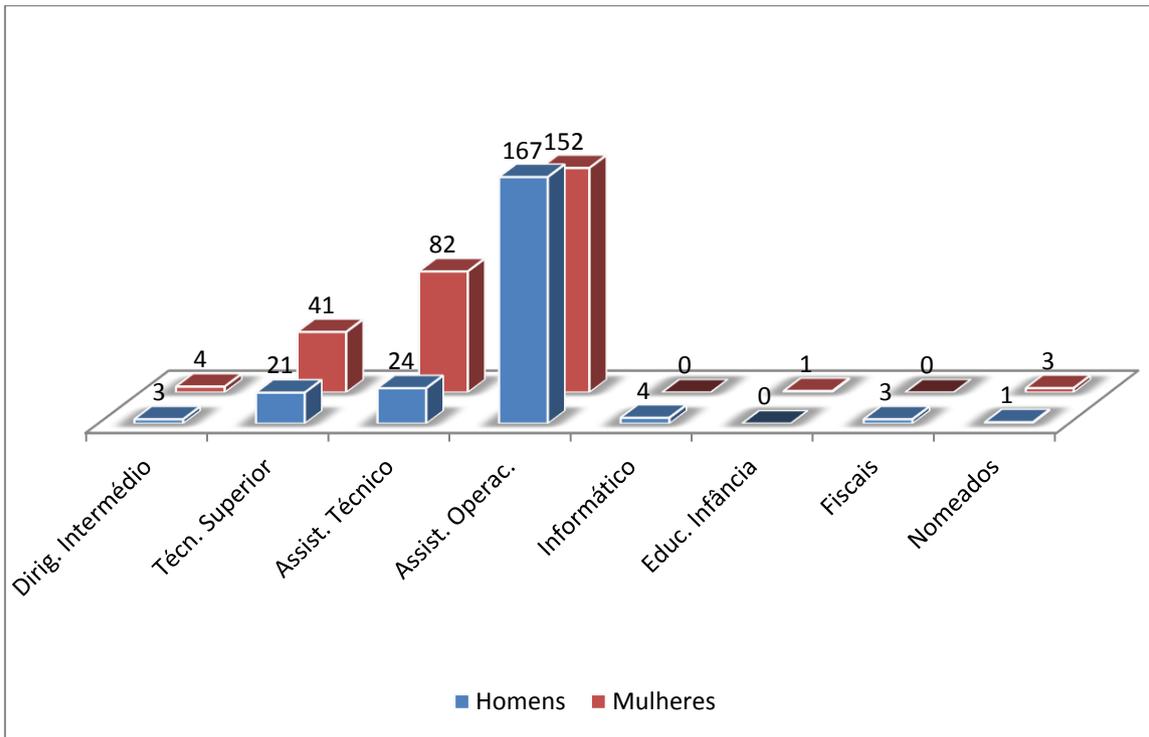


Gráfico 2 - Distribuição dos trabalhadores por habilitações literárias

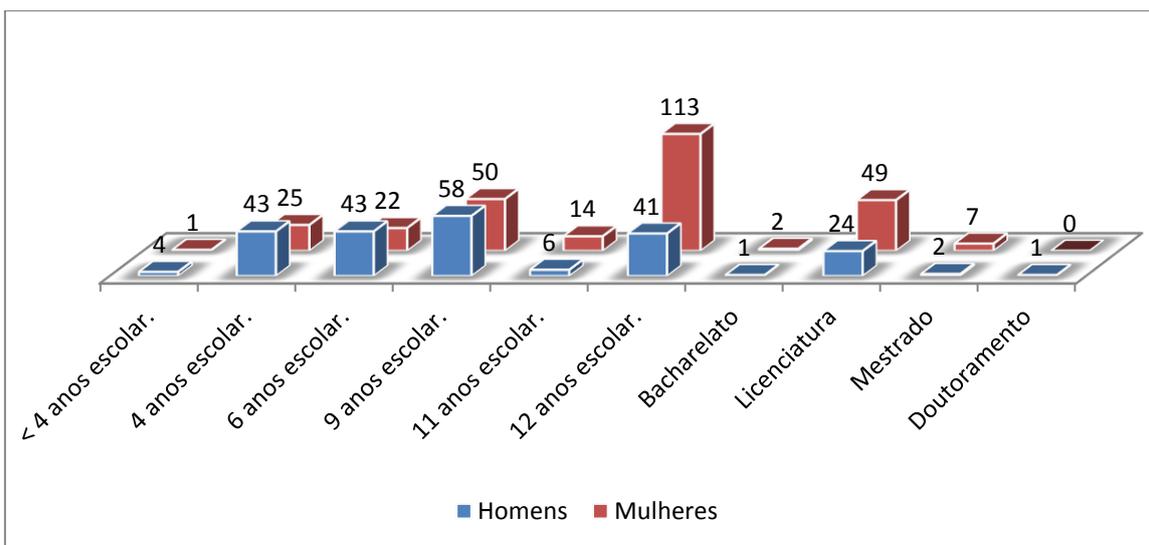


Gráfico 3 - Distribuição dos trabalhadores por faixa etária

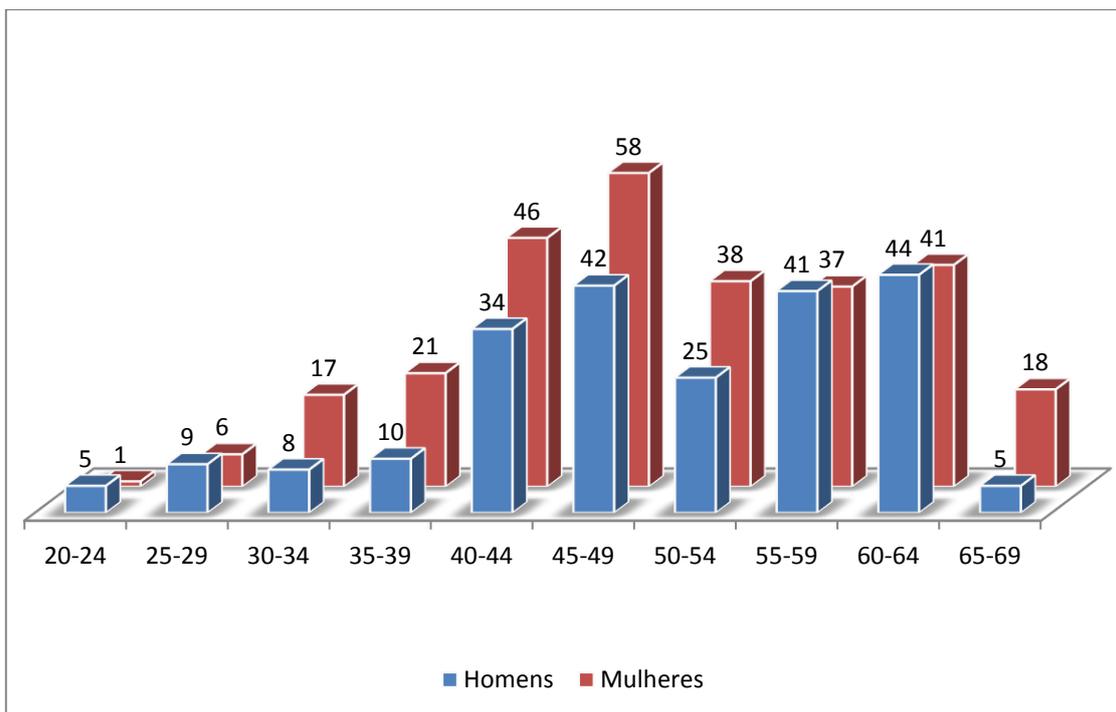
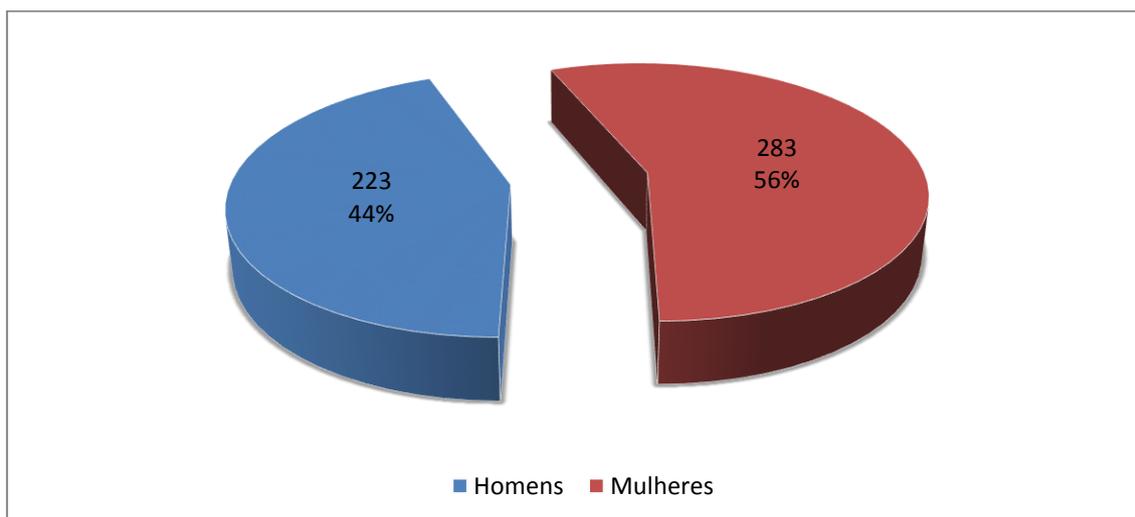


Gráfico 4 - Distribuição dos trabalhadores por género



REPORTING FINANCEIRO

O SNC-AP traz uma nova abordagem de prestação de contas. Para além do cumprimento legal integra também, a harmonização e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível internacional.

Este normativo é constituído por 3 subsistemas de contabilidade: orçamental, financeira e de gestão.

A contabilidade orçamental visa permitir um registo pormenorizado do processo orçamental; já a contabilidade financeira, tem por base as normas internacionais de contabilidade pública, e permite registar as transações e outros eventos que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa; por sua vez, a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos.

Estamos perante uma forte alteração de paradigma, pelo que destacamos as divergências existentes entre os valores referentes a rendimentos e gastos (contabilidade financeira) e de receitas e despesas (contabilidade orçamental) pela natureza distinta dos conceitos aplicados em cada uma.

Economia portuguesa

O ano de 2022 iniciou-se com uma circunstância pouco frequente, quer na Europa, quer em Portugal: um único partido obteve uma maioria absoluta e, naturalmente, formou governo. Surpreendentemente, no entanto, esta circunstância não trouxe a estabilidade política que, em regra, lhe sucede, como bem se demonstra com as diversas remodelações já ocorridas. Mas esta instabilidade prende-se mais com pessoas e cargos e menos com alterações de políticas.

Meramente na ótica económica o ano em análise, no entanto, correu bastante bem, tendo-se batido um crescimento do PIB que muitos cidadãos não tinham ainda conhecido. Mesmo na comparação com os seus parceiros europeus, Portugal sai bem no confronto. Tal também se reflete nos níveis de emprego e na taxa de desemprego, historicamente com bons níveis, tal como ninguém se lembrou ou questionou o forte acréscimo que o país teve de suportar com a subida dos juros pagos pela dívida

elevada que ainda mantemos, apesar da forte descida verificada em percentagem do PIB (mas com acréscimo nominal de perto de 3,4 mil milhões de euros).

Vejamos então o cenário económico verificado e projetado para Portugal:

Quadro 1 - Indicadores

	2021	2022(a)	2023(b)
PIB (1)	5,5	6,7	1,5
Défice	-2,9	-1,9	-0,9
FBCF	8,7	1,3	2,9
Exportações	13,5	17,7	2,9
Importações	13,3	11,1	3,0
Dívida (em valor) (2)	269,2	272,6	n.d.
Dívida (em %)	125,5	113,8 (2)	110,8
Taxa de desemprego	6,6	5,9	5,9

Fontes: Ministério das Finanças, Banco de Portugal, INE.

(a) estimativa; (b) projeção; (1) Valores em mil milhões de euros.

Restantes valores em percentagem.

(2) Valor publicamente divulgado pelo Ministro das Finanças.

Três breves comentários aos dados referidos:

- Destaque para o bom desempenho do PIB, das Exportações e da Dívida em percentagem do PIB;
- Realce para o bom desempenho do desemprego, bem como para a perspetiva estável deste indicador para o futuro próximo;
- Finalmente, nos valores projetados para 2023, prevê-se uma forte queda de todos os indicadores referenciados, com exceção da Dívida (que se espera manter uma trajetória de redução em percentagem do PIB), da taxa de desemprego (sem variação projetada) e do Investimento (que se espera realizar alguma recuperação).

A incerteza, quer quanto ao desenvolvimento da guerra na Ucrânia, quer quanto ao valor e, sobretudo, à duração da crise inflacionista, aconselham a fortes cautelas quanto à fiabilidade dos dados projetados para o nosso futuro próximo.

Igualmente não será de excluir que as diversas autoridades do país, venham a diligenciar na implementação de medidas de apoio relevantes que mitiguem os efeitos nefastos das duas realidades referidas anteriormente. E, consoante a dimensão das necessidades, tais apoios poderão vir a revelar uma realidade diferente daquela que agora é previsível, eventualmente afetando negativamente outras atividades.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Em 2022 a Receita Global cobrada pelo Município de Alcácer foi cerca de 37,8 milhões de euros, perto de menos 1,3 milhões de euros que a receita corrigida prevista, tal como se evidencia no Quadro 2:

Quadro 2 - Análise Orçamental da Receita

Rúbricas	Orçamento Receita 01-01-2022 €	Receita Corrigida 31-12-2022 €	Receita Cobrada 31-12-2022 €	Taxa Execução %
Impostos Diretos	4.860.289,00	4.860.289,00	6.017.054,59	123,80
Impostos Indiretos	5.719,00	5.719,00	0,00	0,00
Taxas, Multas e Outras	595.999,00	595.999,00	400.541,73	67,21
Rendimentos Propriedade	828.579,00	828.579,00	862.352,54	104,08
Transferências Correntes	10.587.947,00	11.609.661,72	11.443.850,96	98,57
Venda Bens /Serv. Correntes	2.511.952,00	2.511.952,00	2.349.538,74	93,53
Outras Receitas Correntes	5.386.377,00	49.812,00	21.578,13	43,32
RECEITAS CORRENTES	24.776.862,00	20.462.011,72	21.094.916,69	103,09
Venda Bens Investimento	87.680,00	87.680,00	234.012,69	266,89
Transferências de Capital	4.285.266,00	4.442.854,00	2.163.134,96	48,69
Ativos Financeiros	100,00	100,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	200,00	200,00	131.412,57	65.706,29
Outras Receitas de Capital	2.758.914,00	100,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	7.132.160,00	4.530.934,00	2.528.560,22	55,81
Rep. não abat. nos pagam.	0,00	1.000,00	37.367,41	3.736,74
Saldo orçamental	0,00	14.139.554,16	14.139.554,16	100,00
OUTRAS RECEITAS	0,00	14.140.554,16	14.176.921,57	100,26
TOTAL DAS RECEITAS	31.909.022,00	39.133.499,88	37.800.398,48	96,59

A Receita Corrente cobrada apresenta uma taxa de execução de 103% face à receita corrente corrigida, sendo que os Impostos Diretos revelam o maior grau de execução.

No entanto, as Transferências Correntes mantêm-se como a rúbrica com maior peso no conjunto em apreço.

A Receita de Capital cobrada apresenta uma taxa de execução de apenas 55,8% face à Receita de Capital corrigida, sendo que as Transferências de Capital, apesar duma taxa de execução reduzida (menos de 49%), voltam a ser a rúbrica com maior peso relativo no desagregado apresentado.

Relativamente à taxa de execução global, na comparação entre Receita Cobrada e Receita Corrigida, o resultado alcançado é de quase 96,6%.

No Quadro 3 seguinte apresentam-se, por grandes grupos, os valores a que se chegou do lado da Despesa:

Quadro 3 - Análise Orçamental da Despesa

Rubricas	Orçamento da Despesa 01-01-2022 €	Despesa Corrigida 31-12-2022 €	Despesa Paga 31-12-2022 €	Taxa de Execução %
Pessoal	10.491.153,00	12.239.793,47	10.118.588,29	82,67
Aquisição Bens e Serviços	11.697.563,19	14.802.546,29	6.725.835,89	45,44
Juros e outros encargos	56.136,00	56.136,00	23.108,30	41,16
Transferências Correntes	2.078.891,81	2.489.252,54	1.675.677,87	67,32
Outras Despesas Correntes	266.242,00	495.047,20	41.781,67	8,44
DESPESAS CORRENTES	24.589.986,00	30.082.775,50	18.584.992,02	61,78
Aquisição Bens de Capital	6.994.771,00	8.565.465,10	3.548.065,62	41,42
Transferências de Capital	140.198,00	260.198,00	208.178,16	80,01
Passivos financeiros	184.067,00	225.061,28	185.634,74	82,48
DESPESAS CAPITAL	7.319.036,00	9.050.724,38	3.941.878,52	43,55
TOTAL DAS DESPESAS	31.909.022,00	39.133.499,88	22.526.870,54	57,56

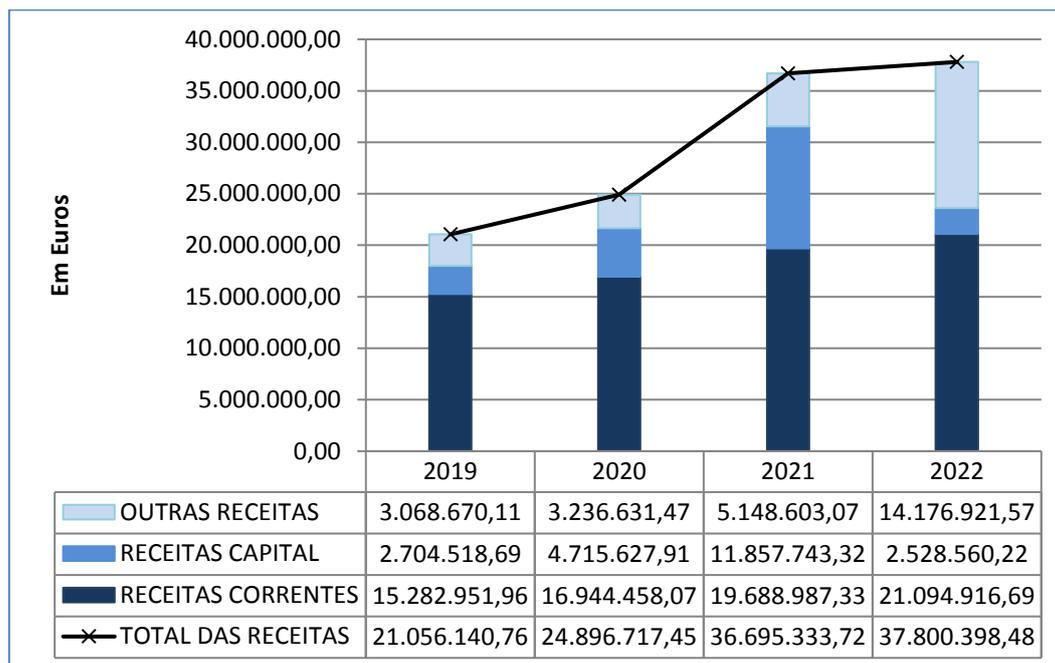
Numa leitura homóloga à realizada para as receitas, verifica-se que a taxa global de execução das despesas pagas foi de 57,6%, em resultado conjugado de uma taxa de execução das despesas pagas correntes de 61,8% e de uma taxa de execução das despesas pagas de capital de 43,6%.

As rúbricas com maior peso nas Despesas Correntes foram as Despesas com Pessoal e, no lado das Despesas de Capital, as Aquisições de Bens de Capital, ambas com pesos muito significativos relativamente aos totais dos respetivos subsetores (54,4% e 90,0%, respetivamente).

RECEITA

Entrando agora especificamente na área das Receitas, apresenta-se o Gráfico 5 onde consta a evolução da Receita Cobrada nos últimos 4 anos:

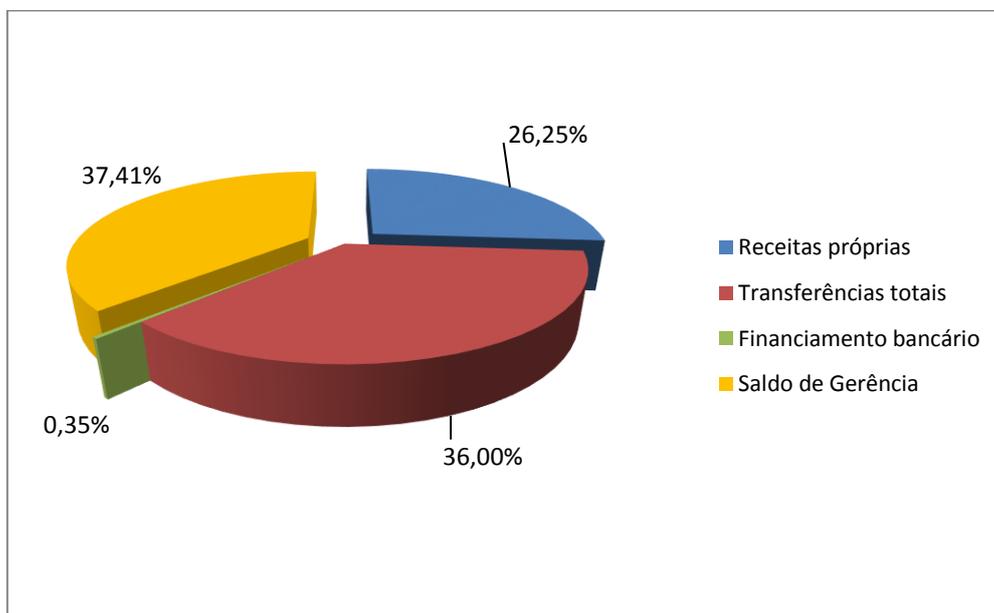
Gráfico 5 - Evolução da Receita Cobrada



Verifica-se um pequeno acréscimo anual das Receitas relativamente ao ano anterior – cerca de 1,1 milhões de euros – para o qual contribuiu essencialmente o saldo orçamental transitado. Por outro lado, verificou-se uma redução substancial das Receitas de Capital.

Em resultado dos valores alcançados a distribuição da Receita foi a que se evidencia no Gráfico 2:

Gráfico 6 - Distribuição da Receita



No final de 2022, a Receita Cobrada ascendeu a perto de 37,8 milhões, correspondendo 13,6 milhões às Transferências Totais, 9,9 milhões às Receitas Próprias, 14,1 milhões ao Saldo Transitado do exercício anterior e 0,1 milhões a Financiamento Bancário.

Antes de melhor desenvolver a área das Receitas Próprias, apresenta-se no Quadro 4 seguinte a evolução da Receita, por grandes grupos:

Quadro 4 - Evolução da Receita

Rúbricas	2021			2022			Δ Período Homólogo %
	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	Dotada €	Cobrada €	Exec. %	
Impostos Diretos	3.212.905,00	6.016.258,40	187,25	4.860.289,00	6.017.054,59	123,80	0,01
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.233.472,00	1.448.787,31	117,46	1.378.409,00	1.553.827,63	112,73	7,25
Imposto Único de Circulação	281.285,00	299.664,16	106,53	287.689,00	315.552,12	109,69	5,30
Imposto Municipal s/ Transmissões	1.470.314,00	4.079.065,94	277,43	3.003.608,00	3.921.712,29	130,57	-3,86
Derrama	227.684,00	188.740,99	82,90	190.433,00	225.962,55	118,66	19,72
Outros	150,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	354.273,00	1.154,74	0,33	5.719,00	0,00	0,00	-100,00
Taxas, Multas e Outras	351.368,52	369.889,23	105,27	595.999,00	400.541,73	67,21	8,29
Rendimentos Propriedade	894.125,00	881.784,05	98,62	828.579,00	862.352,54	104,08	-2,20
Transferências Correntes	10.911.132,00	10.359.788,34	94,95	11.609.661,72	11.443.850,96	98,57	10,46
Fundo OE - IRS	10.010.076,00	9.975.262,74	99,65	10.376.206,00	10.335.407,00	99,61	3,61
Del. Competências e outras	901.056,00	384.525,60	42,67	1.233.455,72	1.108.443,96	89,86	188,26
Venda Bens/Serv. Correntes	2.462.514,00	2.047.762,24	83,16	2.511.952,00	2.349.538,74	93,53	14,74
Outras Receitas Correntes	5.023.757,54	12.350,33	0,25	49.812,00	21.578,13	43,32	74,72
RECEITAS CORRENTES	23.210.075,06	19.688.987,33	84,83	20.462.011,72	21.094.916,69	103,09	7,14
Venda Bens Investimento	68.851,00	7.210.479,44	10.472,58	87.680,00	234.012,69	266,89	-96,75
Transferências de Capital	5.676.182,12	3.305.394,78	58,23	4.442.854,00	2.163.134,96	48,69	-34,56
Ativos Financeiros	100,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	1.820.267,00	1.341.869,10	73,72	200,00	131.412,57	65.706,29	-90,21
Outras Receitas de Capital	2.509.199,06	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CAPITAL	10.074.599,18	11.857.743,32	117,70	4.530.934,00	2.528.560,22	55,81	-78,68
Rep. não abat. nos pagam.	272,03	100,00	36,76	1.000,00	37.367,41	3.736,74	37.267,41
Saldo orçamental	5.148.503,07	5.148.503,07	100,00	14.139.554,16	14.139.554,16	100,00	174,63
OUTRAS RECEITAS	5.148.775,10	5.148.603,07	100,00	14.140.554,16	14.176.921,57	100,26	175,35
TOTAL DAS RECEITAS	38.433.449,34	36.695.333,72	95,48	39.133.499,88	37.800.398,48	96,59	3,01

O conjunto das Receitas Municipais registou um incremento de 3,0% correspondentes a cerca de 1,1 milhões de euros, em resultado do crescimento da componente corrente em 7,1% e da redução da componente de capital em cerca de 78,7%. Estas percentagens correspondem, respetivamente, a um acréscimo de 1,1 milhões de euros e um decréscimo de 9,3 milhões de euros, sendo a parcela sobranse relativo às outras receitas.

RECEITA PRÓPRIA

Em 2022 a Receita Própria ficou-se por cerca de 9,9 milhões de euros, o que representa um decréscimo, relativamente ao ano anterior, de 40%, essencialmente devido à muito menor alienação de parcelas do património municipal.

A sua evolução nos últimos 4 anos está documentada no Quadro 5 que se apresenta:

Quadro 5 - Evolução da Receita Própria

Receita Própria Cobrada	2019 €	2020 €	2021 €	2022 €	Δ 2022/2021 %
Impostos diretos	2.869.097,97	4.143.591,51	6.016.258,40	6.017.054,59	0,01
Impostos indiretos	79.716,62	17.027,21	1.154,74	0,00	-100,00
Taxas, Multas e Outras	107.990,02	394.368,26	369.889,23	400.541,73	8,29
Rendimentos Propriedade	754.722,10	769.551,11	881.784,05	862.352,54	-2,20
Venda de Bens/Serv. e outros	2.823.818,57	2.162.316,15	9.270.691,93	2.642.496,97	-71,50
Total Receitas Próprias	6.635.345,28	7.486.854,24	16.539.778,35	9.922.445,83	-40,01

Depois da situação excecional verificada em 2021, os Impostos Diretos voltam a ser a rúbrica que mais contribui para as Receitas Próprias municipais, representando mais de 60% do total arrecadado. No quadro seguinte apresenta-se a evolução de cada um dos quatro Impostos municipalizados:

Quadro 6 - Evolução dos Impostos Diretos

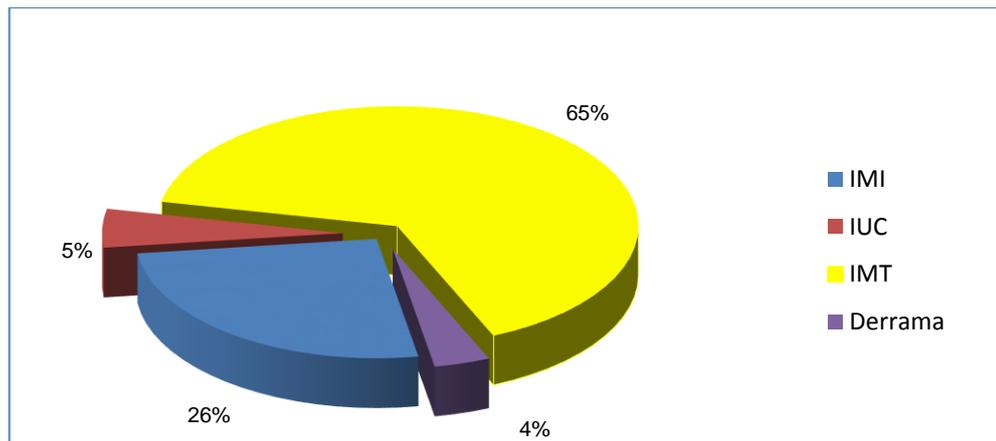
Rúbricas	2018 €	2019 €	2020 €	2021 €	2022 €
IMI - Imposto Municipal s/ Imóveis	1.431.238,70	1.077.571,20	1.511.431,72	1.448.787,31	1.553.827,63
IUC- Imposto Único Circulação	260.109,36	278.774,40	284.144,15	299.664,16	315.552,12
IMT - Imp. Mun. Transf. Onerosas	2.253.766,69	1.239.894,76	2.171.519,41	4.079.065,94	3.921.712,29
Derrama	190.927,09	272.857,61	176.496,23	188.740,99	225.962,55
TOT. IMPOSTOS DIRECTOS	4.136.041,84	2.869.097,97	4.143.591,51	6.016.258,40	6.017.054,59

Apesar de ter um peso residual, a Derrama foi o imposto que teve maior subida percentual, em resultado quer da retoma duma maior atividade económica, quer da influência da crise inflacionista em curso. No entanto, o Município continua muito

dependente do IMT, imposto que pode sofrer variações, positivas ou negativas, em curtos períodos.

O peso relativo de cada um dos Impostos Diretos, em 2022, é como se apresenta no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Estrutura dos Impostos



TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

Para além das Receitas Próprias, assumem particular relevância as Transferências obtidas, remetendo-nos para os valores do Quadro 7, onde se quantifica a respetiva evolução nos últimos 4 anos:

Quadro 7 - Evolução das Transferências Obtidas

Transferências	2019 €	2020 €	2021 €	2022 €	Δ 2022/2021 %
Transf. Cor. do OE e Outras/Estado	9.022.663,28	9.453.779,91	9.975.262,74	11.155.323,90	11,83
Projetos Cofinanciados	0,00	65.031,80	257.269,71	223.633,65	-13,07
Outras Transf. Correntes	77.173,73	86.449,99	127.255,89	64.893,41	-49,01
TOTAL TRANSF. CORRENTES	9.099.837,01	9.605.261,70	10.359.788,34	11.443.850,96	10,46
Transf. Cap. do OE e Outras/Estado	1.417.697,80	1.553.618,00	1.020.601,00	1.236.695,20	21,17
Projetos Cofinanciados	835.433,96	2.342.997,08	2.284.793,78	926.439,76	-59,45
TOTAL TRANSF. DE CAPITAL	2.253.131,76	3.896.615,08	3.305.394,78	2.163.134,96	-34,56
TOTAL DE TRANSFERÊNCIAS	11.352.968,77	13.501.876,78	13.665.183,12	13.606.985,92	-0,43

Globalmente, registou-se um ligeiro decréscimo das Transferências Obtidas (-0.4%), com uma quebra acentuada das Transferências de Capital só parcialmente compensada pelos acréscimos obtidos no lado das Transferências Correntes.

FINANCIAMENTO BANCÁRIO

No caso do Financiamento bancário, os valores do capital em dívida encontram-se evidenciados no Quadro 8:

Quadro 8 - Financiamento Bancário

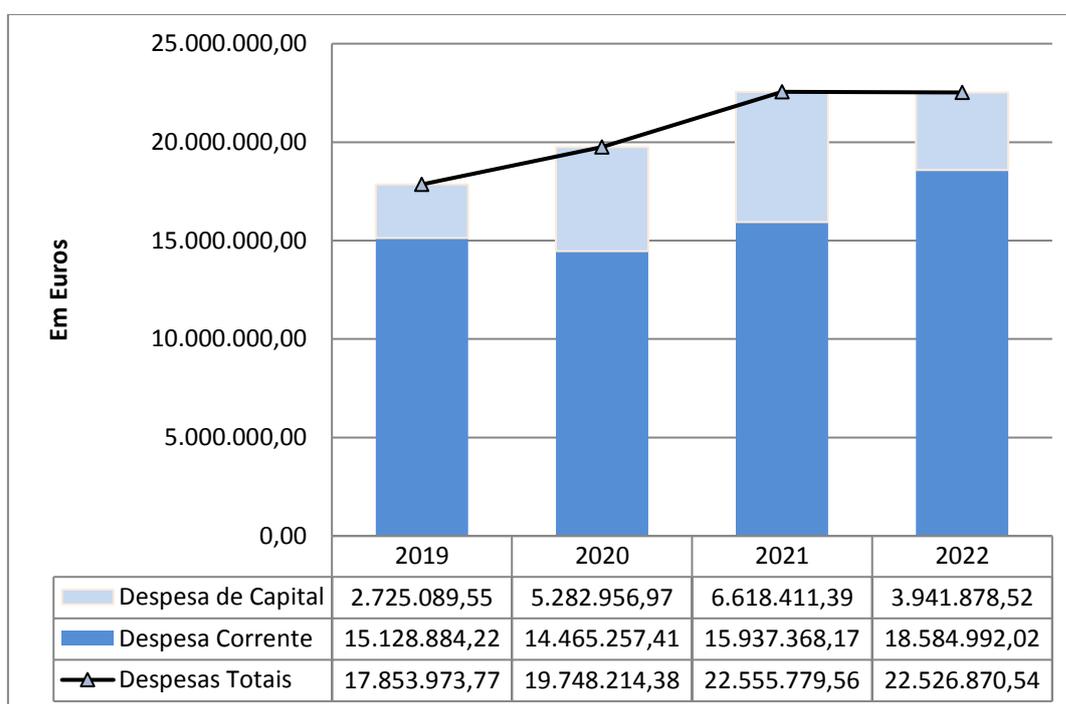
Finalidade	Capital em Dívida		Δ
	31-12-2021 €	31-12-2022 €	2022/2021 %
Habituação Social	50.046,67	30.072,46	-39,91
Parque Urbano e Interface de Transportes	499.228,76	586.242,79	17,43
Requalificação da Oficina da Criança; Centro Escolar Telheiros; Plano de Mobilidade do Torrão e outros	1.845.074,99	1.723.813,00	-6,57
TOTAL	2.394.350,42	2.340.128,25	-2,26

Em sentido contrário ao verificado no ano anterior, em 2022, o capital em dívida a 31 de dezembro caiu cerca de 50 mil euros, equivalentes a um decréscimo de cerca de 2,2%.

DESPESA

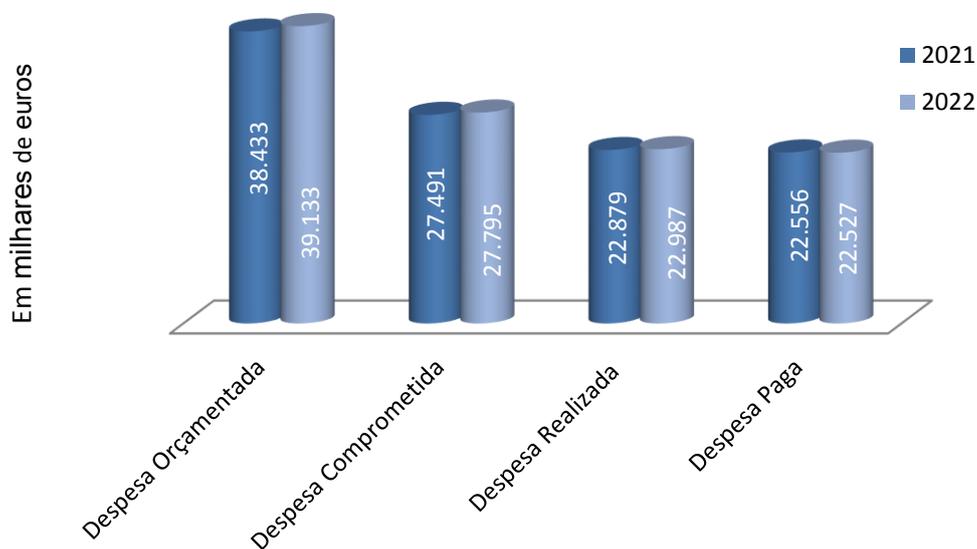
No final de 2022, a Despesa paga, tal como no ano anterior, ascendeu a mais de 22,5 milhões de euros, o que, no entanto, apenas representou um pouco menos de 58% da despesa orçamentada corrigida. Comparando com o ano anterior, verifica-se uma insignificante redução inferior a 30 mil euros, como se pode verificar no Gráfico 8:

Gráfico 8 - Evolução da Despesa Paga



O Gráfico 5 representa a Despesa orçamentada, comprometida, realizada e paga, comparando idênticos critérios com o ano anterior:

Gráfico 9 - Evolução da Despesa por Tipo



Registe-se que os compromissos assumidos e não pagos foram de 5,2 milhões de euros, mas apenas 460 mil euros estavam faturados e não foram pagos, situações similares às verificadas no ano anterior e que se prendem, essencialmente com faturas entradas nos últimos dias do ano ou faturas pendentes de pagamento por aguardarem comprovativos da situação fiscal e perante a Segurança Social dos diversos credores ou ainda e finalmente, faturas que aguardam a necessária conferência dos diversos serviços municipais.

DESPESA POR NATUREZA ECONÓMICA – CORRENTE E CAPITAL

A execução da Despesa Corrente paga foi de 61,8% relativamente à Despesa Orçamentada, correspondentes a 18,5 milhões de euros, e a Despesa de Capital paga teve uma execução de 43,6%, correspondentes 3,9 milhões de euros.

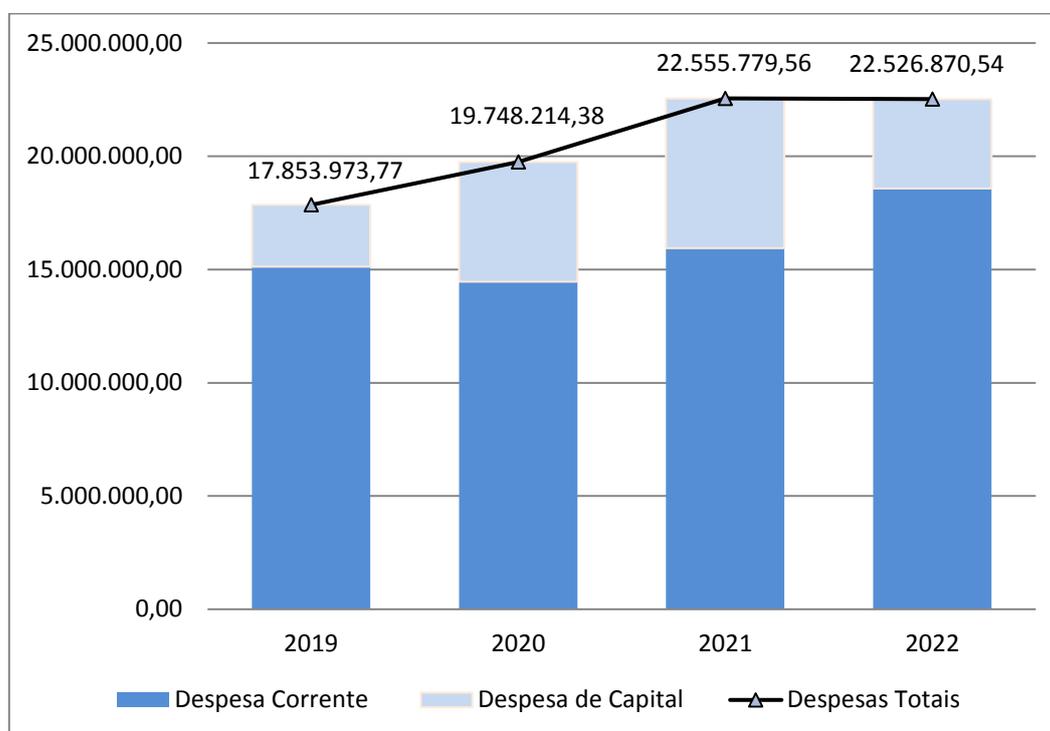
As referidas execuções traduzem-se, relativamente ao ano anterior, num decréscimo ligeiro na componente Corrente e num decréscimo significativo na componente de Capital – respetivamente – 0,4% e – 8,1%.

Quadro 9 - Evolução da Despesa por Económica

Rúbricas	2021			2022			Δ 2022/2021 %
	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	Dot. Final €	Pago €	Exec. %	
Despesas c/ pessoal	10.369.231,29	8.801.806,18	84,88	12.239.793,47	10.118.588,29	82,67	14,96
Aquisição bens/serviços	12.609.864,03	5.585.048,74	44,29	14.802.546,29	6.725.835,89	45,44	20,43
Juros e outros encargos	82.515,00	18.933,90	22,95	56.136,00	23.108,30	41,16	22,05
Transf. Correntes	2.304.027,53	1.501.177,10	65,15	2.489.252,54	1.675.677,87	67,32	11,62
Outras Desp. Correntes	255.359,49	30.402,25	11,91	495.047,20	41.781,67	8,44	37,43
Despesas Correntes	25.620.997,34	15.937.368,17	62,20	30.082.775,50	18.584.992,02	61,78	16,61
Aquisição bens Capital	12.276.838,16	6.420.361,58	52,30	8.565.465,10	3.548.065,62	41,42	-44,74
Transf. de Capital	210.198,00	60.000,00	28,54	260.198,00	208.178,16	80,01	246,96
Passivos Financeiros	325.415,84	138.049,81	42,42	225.061,28	185.634,74	82,48	34,47
Despesas de Capital	12.812.452,00	6.618.411,39	51,66	9.050.724,38	3.941.878,52	43,55	-40,44
Despesas Totais	38.433.449,34	22.555.779,56	58,69	39.133.499,88	22.526.870,54	57,56	-0,13

Em 2022 a Despesa Corrente paga teve maior expressão nas despesas com pessoal (10,1 milhões de euros), na aquisição de bens e serviços (mais de 6,7 milhões de euros) e nas Transferências Correntes (mais de 1,6 milhões de euros). Por seu turno, nas Despesas de Capital a rubrica Aquisição de Bens de Capital, com um peso relativo de cerca de 90%, abarca a quase totalidade deste tipo de despesa (mais de 3,5 milhões de euros).

Gráfico 10 - Evolução da Despesa (despesa corrente vs capital)



Nos Quadros 10 e 11 seguintes regista-se a evolução, nos dois últimos anos, da Despesa realizada e da Despesa paga, o primeiro na área das Despesas Correntes e o segundo na área das Despesas de Capital:

Quadro 10 - Evolução da Despesa Corrente

Rúbricas	Realizado		Pago	
	2021	2022	2021	2022
Despesas c/ pessoal	9.014.298,87	10.367.154,66	8.801.806,18	10.118.588,29
Aquisição de bens/serviços	5.653.479,59	6.842.269,61	5.585.048,74	6.725.835,89
Juros e outros encargos	18.933,90	23.108,30	18.933,90	23.108,30
Transf. Correntes	1.522.675,38	1.711.176,03	1.501.177,10	1.675.677,87
Outras Despesas Correntes	30.402,25	41.781,67	30.402,25	41.781,67
Despesas Correntes	16.239.789,99	18.985.490,27	15.937.368,17	18.584.992,02

Quadro 11 - Evolução da Despesa de Capital

Rúbricas	Realizado		Pago	
	2021	2022	2021	2022
Aquisição de bens de Capital	6.440.795,88	3.602.788,25	6.420.361,58	3.548.065,62
Transf. de Capital	60.000,00	213.432,66	60.000,00	208.178,16
Passivos Financeiros	138.049,81	185.634,74	138.049,81	185.634,74
Despesas de Capital	6.638.845,69	4.001.855,65	6.618.411,39	3.941.878,52

TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL

O ano de 2022 encerrou com uma Despesa orçamentada de mais de 39,1 milhões de euros e paga de 22,5 milhões de euros, ficando-se a taxa de execução nos 57,6%.

Esta percentagem resulta da conjugação de uma taxa de execução da Despesa Corrente de 61,8% e duma taxa de execução da Despesa de Capital de 43,6%.

Relativamente às Despesas Correntes as rúbricas com maior taxa de execução são as Despesas com Pessoal (82,7%) e as Transferências Correntes (67,3%).

Em relação às Despesas de Capital a maior taxa de execução encontra-se nos Passivos Financeiros (82,5%). Estas taxas constam do quadro 9 anteriormente apresentado.

DESPESAS COM PESSOAL

Como já foi referido a rubrica com maior peso no total da Despesa municipal reporta-se às Despesas com Pessoal. Justifica-se documentar o tipo de custos envolvidos, remetendo-nos para os valores inseridos no Quadro 12:

Quadro 12 - Evolução da Despesa Paga com Pessoal

Rúbricas	2019 €	2020 €	2021 €	2022 €	Δ 2022/2021 %
Membros órgãos autárquicos	154.915,77	151.415,53	148.578,82	145.915,08	-1,79
Pessoal quadro - C. individual trabalho	3.853.479,54	3.912.734,35	4.123.224,02	4.609.792,31	11,80
Pessoal contratado a termo	0,00	6.723,36	26.858,20	37.929,71	41,22
Pessoal regime tarefa/avença	327.638,15	362.017,79	297.056,66	443.032,13	49,14
Pessoal aguardando aposentação	4.337,81	11.028,96	9.182,46	12.627,85	37,52
Pessoal em qualquer outra situação	336.392,32	374.911,14	373.953,89	435.814,83	16,54
Despesas de representação	42.150,53	43.675,96	42.939,86	45.314,49	5,53
Subsídio de refeição	454.476,06	474.817,93	478.920,13	537.728,64	12,28
Subsídio férias e de Natal	755.578,61	776.275,81	816.442,33	956.163,45	17,11
R. doença, maternidade e paternidade	86.933,95	61.473,20	68.216,90	102.613,21	50,42
Horas extraordinárias	310.033,27	238.898,29	272.788,42	409.143,11	49,99
Ajudas de custo	29.067,80	12.903,23	10.801,76	19.230,94	78,04
Abono para falhas	19.796,92	11.461,33	24.084,22	19.573,61	-18,73
Subsídio de turno e de trabalho noturno	80.257,22	74.936,50	84.079,37	80.250,49	-4,55
Indemnização por cessação de funções	0,00	0,00	0,00	13.893,67	∞
Outros suplementos e prémios	18.680,96	12.156,36	95.058,32	121.030,83	27,32
Encargos com a saúde	321.690,97	238.685,06	213.517,17	230.568,04	7,99
Outros encargos com a saúde	62.822,34	54.321,43	72.030,24	80.783,73	12,15
Subsídio familiar crianças/jovens	36.984,11	35.805,83	26.448,42	25.584,35	-3,27
Outras prestações familiares	3.427,17	2.420,00	3.000,99	1.610,33	-46,34
Contribuições CGA	737.613,18	734.760,06	722.309,83	746.997,17	3,42
Contribuições regime geral	590.052,82	618.352,38	708.144,32	884.566,91	24,91
O. contribuições p/ segurança social	11.531,54	16.733,38	17.551,87	13.657,24	-22,19
Acidentes serviço/doença profissional	9.878,91	9.172,02	31.385,23	9.328,67	-70,28
Seguros	142.243,80	166.342,11	133.790,81	133.828,17	0,03
Outras despesas segurança social	3.603,99	2.473,21	1.441,94	1.609,33	11,61
TOTAL DESPESAS c/Pessoal	8.393.587,74	8.404.495,22	8.801.806,18	10.118.588,29	14,96

Apesar de se incluir no quadro supra uma coluna que expressa, em percentagem, as diferenças ocorridas entre 2021 e 2022, os seus resultados terão de ser lidos com

muita prudência, em consequência de, neste último ano, algumas dezenas de funcionários terem ingressado nos quadros de pessoal do Município, em diferentes momentos e com diferentes remunerações, em resultado da obrigatoriedade legal em operar a delegação de competências da Administração Central na Administração Local na área da educação.

Até ser estabilizado no tempo, todo o conjunto de delegações de competências projetado, julga-se mais adequado não relevar as diferentes alterações ocorridas nesta área do Pessoal, pelo que de imediato apresentar-se-á, no quadro 13, os valores dos compromissos futuros assumidos.

COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES DE ANOS SEGUINTE

No Quadro 13 seguinte vão indicados os valores dos compromissos assumidos que implicam responsabilidades em anos futuros, subdivididos por diferentes áreas de intervenção:

Quadro 13 - Compromissos e responsabilidades anos seguintes

Finalidade	2023	2024	2025	2026	> 2026
Apoio ao Emprego e Formação	20.359,19	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia e Combustíveis	1.217.679,10				
Educação	364.664,92				
Comunicações e Redes de Dados	70.534,30	21.094,96	7.505,51		
Ação Social	2.223,16	111,07			
Ambiente e Abastecimento Público	289.931,00	23.370,00	13.632,50		
Cultura, Desporto e Lazer	1.068.326,55	765,43			
Atividades de Âmbito Geral	1.044.947,93	581.107,25	530.475,86	201.291,22	1.646.451,73
TOTAL	4.078.666,15	626.448,71	551.613,87	201.291,22	1.646.451,73

Relativamente às responsabilidades futuras salienta-se que, comparativamente com o ano anterior, verifica-se um substancial acréscimo, superior a 30%. Este acréscimo teve, em boa parte, uma origem relevante e concomitantemente, uma consequência não menos relevante.

Quanto à origem: o período inflacionista que atravessamos motivou que algumas empreitadas significativas tenham ficado desertas, ou por absoluta ausência de interessados ou por os potenciais concorrentes só apresentarem propostas bem acima

do preço-base estipulado. Daqui decorreu a justificação para diversas alterações ao orçamento de 2022, procurando acomodar não só os aumentos dos preços que se vinham verificando, como reprogramando alguns dos investimentos projetados. Houve mesmo um caso de obra prevista para a Carrasqueira que ficou deserto em dois sucessivos procedimentos. Outros sofreram e ainda sofrem atrasos consideráveis na sua execução.

Quanto à consequência: existindo um menor volume de investimento pago – por derrapagem no tempo das respetivas execuções – o volume de pagamentos de bens de investimento caiu quase 3 milhões de euros, de que resultou um novo e inesperado incremento do saldo positivo da gerência de 2022, como a seguir se evidenciará.

RESULTADO ORÇAMENTAL

No Quadro 14 seguinte evidencia-se a Receita total cobrada e a Despesa total paga, relativamente aos últimos 4 anos. Igualmente se inscrevem os saldos de gerência apurados.

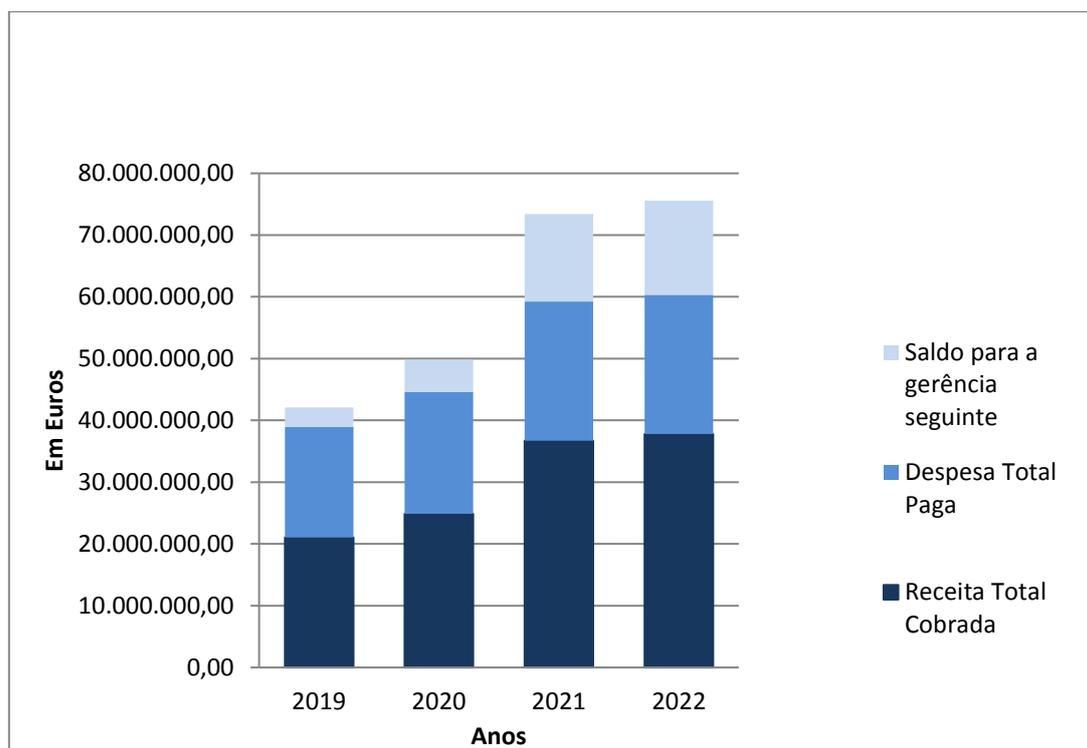
Verifica-se um contínuo aumento dos saldos de gerência, situação que se mantém pelos fundamentos anteriormente aduzidos.

Quadro 14 - Receita vs Despesa

	2019 €	2020 €	2021 €	2022 €
Receita Total Cobrada	21.056.140,76	24.896.717,45	36.695.333,72	37.800.398,48
Despesa Total Paga	17.853.973,77	19.748.214,38	22.555.779,56	22.526.870,54
Saldo para gerência seguinte	3.202.166,99	5.148.503,07	14.139.554,16	15.273.527,94

Graficamente, este quadro apresenta-se como segue:

Gráfico 11 - Receita/Despesa/Saldo de Gerência



No quadro seguinte verifica-se que se mantém um saldo positivo na área corrente mas, ao contrário do ano anterior, na componente de capital, observa-se um saldo negativo. Mesmo assim o valor global, como já foi referido, provocou um acréscimo do saldo orçamental para a gerência seguinte.

Quadro 15 - Resultado Orçamental

	2022
Receita corrente cobrada	21.094.916,69
Despesa corrente paga	18.584.992,02
Poupança corrente	2.509.924,67
Receita de capital cobrada	2.528.560,22
Despesa de capital paga	3.941.878,52
Saldo de capital	-1.413.318,30
Receita total cobrada	23.623.476,91
Despesa total paga	22.526.870,54
Saldo da gerência anterior	14.176.921,57
Saldo orçamental	15.273.527,94

PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

No quadro seguinte apresenta-se a comparação, para os dois últimos anos, dos principais indicadores orçamentais.

Quadro 16 - Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2021	2022
Da Receita		
Impostos Diretos / Receitas Correntes	30,56	28,52
Impostos Indiretos / Receitas Correntes	0,01	0,00
Transferências Correntes / Receitas Correntes	52,62	54,25
Transferências Capital / Receitas de Capital	27,88	85,55
Passivos Financeiros / Receitas de Capital	11,32	5,20
Receitas Correntes / Receitas Totais	53,66	55,81
Receitas Capital / Receitas Totais	32,31	6,69
Da Despesa		
Pessoal / Despesas Correntes	55,23	54,44
Aquisição de Bens e Serviços / Despesas Correntes	35,04	36,19
Transferências Correntes / Despesas Correntes	9,42	9,02
Aquisição de Bens de Investimento / Despesas de Capital	17,90	34,69
Transferências Capital / Despesas de Capital	0,91	5,28
Passivos Financeiros / Despesas de Capital	2,09	4,71
Despesas Correntes / Despesas Totais	70,66	82,50
Despesas de Capital / Despesas Totais	29,34	17,50
Da Capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas (quociente)	1,63	1,68
Receitas Próprias de Funcionamento (em euros) (1)	32.945.435,74	36.518.912,50
Despesas Correntes + Passivos Financeiros (em euros)	16.075.417,98	18.770.626,76

(1) De acordo com o SNC-AP correspondem às Receitas Totais abatidas das Transferências da EU e dos Passivos Financeiros.

Valores em percentagem, salvo se expressamente indicado de forma diferente

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O SNC-AP visa promover a harmonização contabilística entre a contabilidade pública e as contas nacionais, uniformizar procedimentos, melhorar a transparência das contas públicas das entidades públicas.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma análise da contabilidade de gestão no Município de Alcácer do Sal.

BALANÇO

Em 2022 o ativo do Município de Alcácer do Sal ultrapassou os 85,6 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 8 milhões de euros face ao ano de 2021 representando uma subida de 10,47%.

Quadro 17 - Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2022	2021	Δ 2022/2021 €	Δ 2022/2021 %
Ativos fixos tangíveis	51 327 213,51	47 124 469,31	4 202 744,20	8,92%
Propriedades de investimento	9 794 699,36	9 954 295,02	-159 595,66	-1,60%
Ativos intangíveis	77 807,01	93 029,54	-15 222,53	-16,36%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	--
Participações financeiras	533 304,00	533 304,00	0,00	0,00%
Devedores emp. bonif. e subs. reemb.	0,00	0,00	0,00	--
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	--
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	--
Ativo não corrente	61 733 023,88	57 705 097,87	4 027 926,01	6,98%
Inventários	459 303,95	438 596,57	20 707,38	4,72%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	--
Devedores transf. e subs. não reemb.	1 623 139,75	2 171 477,81	-548 338,06	-25,25%
Devedores emp. bonif. e subs. reemb.	0,00	0,00	0,00	--
Clientes, contribuintes e utentes	422 770,24	412 441,96	10 328,28	2,50%
Estado e outros entes públicos	146 370,63	111 613,33	34 757,30	31,14%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a receber	5 710 618,98	2 213 952,46	3 496 666,52	157,94%
Diferimentos	0,00	4 000,00	-4 000,00	-100,00%
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00	--
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	--
Caixa e depósitos	15 556 423,03	14 476 911,83	1 079 511,20	7,46%
Ativo corrente	23 918 626,58	19 828 993,96	4 089 632,62	20,62%
Total do Ativo	85 651 650,46	77 534 091,83	8 117 558,63	10,47%

Da análise às variações da estrutura do ativo podemos constatar que os Ativos Fixos Tangíveis (AFT) em 2022 representam cerca de 60% do total do ativo e registam uma subida na ordem dos 4,2 milhões de euros face ao ano anterior. Concorreram para esta diferença o reconhecimento dos ativos fixos tangíveis oriundos da Administração Central, por conta da delegação de competências no âmbito da educação no Município de Alcácer do Sal, de onde se destaca o Edifício da Escola Básica 2+3 Pedro Nunes no valor de mais de 3 milhões e trezentos mil euros. Concorreram ainda para esta subida o reconhecimento de outros bens, nomeadamente: o edifício sede onde funciona o grupo desportivo de Montevil, cerca de 72 mil euros; o edifício sede e terreno onde funciona o grupo desportivo Bairro do Laranjal, em mais de 233 mil euros, bem como a passagem de imobilizado em curso para esta rubrica.

Quanto às Propriedades de Investimento, assistimos a um decréscimo na ordem dos 159 mil euros face a 2021, motivado nomeadamente pelo abate no património municipal em 2022 de 8 Lotes de terreno na Carrasqueira com o valor de cerca de 211 mil euros; regularizações em 7 terrenos em Vale de Guizo com o valor de cerca de 171 mil euros e ainda o abate de 2 terrenos no Bairro da Quintinha com o valor de cerca de 81 mil euros.

Na rubrica Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis verifica-se uma diminuição de cerca de 550 mil euros face a 2021. Este facto está fortemente influenciado pela diferença entre o desresconhecimento dos direitos a receber, (efetivamente recebidos em 2022, oriundos da comparticipação comunitária em projetos cofinanciados), e os reconhecimentos de novos direitos a receber referentes a dois projetos cofinanciados (Sala Snoezelen e reprogramação do Parque Lúdico Intergeracional dos Bairros de São João e Olival Queimado).

As dívidas de terceiros representam 7,16% do total do ativo e registaram um aumento face a 2021 onde representavam 3,39%, facto motivado pelo reconhecimento do acréscimo de rendimento de IMT referente ao mês de dezembro de 2022, só recebido em 2023, que por si só ascende a cerca de 3,9 milhões de euros.

É de salientar o aumento do saldo de disponibilidades em cerca de 1 milhão de euros de 2021 para 2022, atingindo agora cerca de 15,5 milhões de euros.

As disponibilidades finais ascendem a 15.556.423,03€, dos quais 15.273.527,94€ se referem a operações orçamentais, e que agora se propõe serem incorporados nas receitas de 2023 na rubrica Saldo para a Gerência Seguinte.

Quadro 18 - Evolução do passivo

Componentes do Passivo	2022	2021	Δ 2022/2021 €	Δ 2022/2021 %
Provisões	0,00	573 411,72	-573 411,72	-100,00%
Financiamentos obtidos	2 137 171,57	2 216 948,75	-79 777,18	-3,60%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	--
Resp. benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00	--
Diferimentos	53 155,00	0,00	53 155,00	--
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	--
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	--
Outras contas a pagar	274 325,49	324 413,12	-50 087,63	-15,44%
Passivo não corrente	2 464 652,06	3 114 773,59	-650 121,53	-20,87%
Credores transf. e subs. não reemb. concedidos	5 254,50	8 000,00	-2 745,50	--
Fornecedores	392 697,49	279 498,57	113 198,92	40,50%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	--
Estado e outros entes públicos	241 805,46	205 425,32	36 380,14	17,71%
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	--
Financiamentos obtidos	202 956,68	177 401,67	25 555,01	14,41%
Fornecedores de investimentos	62 592,93	60 270,85	2 322,08	3,85%
Outras contas a pagar	1 850 187,95	1 687 757,96	162 429,99	9,62%
Diferimentos	2 784 083,76	7 050 942,99	-4 266 859,23	-60,51%
Passivos finan. detidos para neg.	0,00	0,00	0,00	--
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Passivo corrente	5 539 578,77	9 469 297,36	-3 929 718,59	-41,50%
Total do Passivo	8 004 230,83	12 584 070,95	-4 579 840,12	-36,39%

Em relação ao passivo, o Município de Alcácer do Sal fechou o ano com um valor de cerca de 8 milhões de euros, sendo constituído em 30,79% por passivo não corrente e em 69,21% por passivo corrente. Relativamente ao ano transato verificou-se que o passivo corrente sofreu um forte decréscimo de 41,50% e o passivo não corrente, registou uma diminuição de 20,87%.

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma variação negativa de 36,39%.

No caso do passivo não corrente a descida deve-se sobretudo às provisões que registam uma redução em mais de 570 mil euros. Já do lado do passivo corrente o decréscimo fica a dever-se sobretudo à rubrica de diferimentos que apresenta uma quebra superior a 4,2 milhões de euros e explica-se essencialmente pela transferência para a conta 59 dos valores das participações referentes das obras em curso transitadas em 2022 para ativos fixos tangíveis, nomeadamente: a obra da Reconversão Zona Ribeirinha Nascente (Parque Urbano) com mais de 2.8 milhões de euros; a obra do Interface de Transportes na Zona Ribeirinha Nascente com cerca de 783 mil euros; o Plano de Mobilidade do Torrão com mais de 316 mil euros, e ainda o Centro de Atividades Náuticas do Torrão com cerca de 90 mil euros.

Quadro 19 - Evolução do património líquido

Componentes do Património Líquido	2022	2021	Δ	Δ
			2022/2021	2022/2021
			€	%
Património/Capital	46 928 256,34	46 845 176,35	83 079,99	0,18%
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00	--
Outros instrumentos de capital próprio	0,00	0,00	0,00	--
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	--
Reservas	1 305 375,71	913 559,11	391 816,60	42,89%
Resultados transitados	7 821 155,22	-42 274,12	7 863 429,34	18601,05%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	--
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	--
Outras variações no património líquido	17 824 242,44	9 397 227,62	8 427 014,82	89,68%
Resultado líquido do período	3 768 389,92	7 836 331,92	-4 067 942,00	-51,91%
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00	--
Interesses que não controlam	0,00	0,00	0,00	--
Total do Património Líquido	77 647 419,63	64 950 020,88	12 697 398,75	19,55%

Os fundos próprios do Município de Alcácer do Sal passaram a totalizar cerca de 77,6 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de mais de 12,6 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é sobretudo consequência do aumento dos Resultados Transitados, que cresceram mais de 18.600% face a 2021, bem como de um acréscimo de mais de 8,4 milhões de euros na rubrica Outras variações do património líquido, face ao ano anterior, decorrente do aumento dos valores a receber do FEDER em cerca de 4 milhões de euros, do incremento do Fundo de Equilíbrio Financeiro – capital em cerca de 1 milhão de euros e do valor de

Doações de valor superior a 3,7 milhões de euros decorrentes dos bens transferidos da Administração Central, por conta da delegação de competências no âmbito da educação no Município de Alcácer do Sal.

O resultado líquido ascende a mais de 3,7 milhões de euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um decréscimo, face ao ano anterior, da ordem dos 4 milhões de euros.

Quanto à melhoria registada na rubrica resultados transitados, ficou a dever-se à integração do resultado líquido de 2021, de acordo com o deliberado pela Assembleia Municipal, e ainda a regularizações no valor de cerca de 136 mil euros referentes ao adicional do Fundo Social Municipal relativos aos anos 2019, 2020 e 2021 e ainda cerca de 39 mil euros referente à redistribuição do património afeto ao SPPIAAlentejo, Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo, do ano 2021.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os rendimentos em 2022 foram superiores a 25,8 milhões de euros para um nível de gastos de cerca de 22 milhões de euros, tendo-se verificado uma ligeira diminuição de 1,78% dos rendimentos e um aumento de 19,47% dos gastos face ao ano anterior.

Efetuada uma análise aos gastos de 2022, podemos concluir que houve um acréscimo superior a 3,5 milhões de euros face a 2021.

Quadro 20 – Evolução dos gastos

Gastos	2022	2021	Δ	Δ
			2022/2021	2022/2021
			€	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	313 861,30	355 284,27	-41 422,97	-11,66%
Fornecimentos e serviços externos	6 894 588,23	5 577 946,58	1 316 641,65	23,60%
Gastos com pessoal	9 955 457,60	8 590 222,72	1 365 234,88	15,89%
Transferências e subsídios concedidos	1 484 627,23	1 211 597,70	273 029,53	22,53%
Imparidade de dívidas a receber	39 068,44	0,00	39 068,44	---
Outros gastos	666 195,89	425 452,55	240 743,34	56,59%
Gastos de depreciação e amortização	2 697 200,61	2 298 831,83	398 368,78	17,33%
Juros e gastos similares suportados	26 762,29	20 033,58	6 728,71	33,59%
Total	22 077 761,59	18 479 369,23	3 598 392,36	19,47%

À exceção da rubrica Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, todas as outras rubricas de gastos, registaram um aumento comparativamente com 2021.

Tal como nos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são o pessoal (45%) e os fornecimentos e serviços externos (31%). Analisando o período de 2022, para estas duas rubricas de maior peso temos nos fornecimentos e serviços externos um aumento de 23,60% face a 2021 e nos gastos com o pessoal registou-se também um aumento de 15,89% face ao ano transato.

As amortizações do exercício registaram um aumento de cerca de 398 mil euros em relação a 2021 que se justifica com o aumento dos ativos fixos tangíveis decorrente,

não só das aquisições, mas também como consequência do trabalho de inventariação dos bens imóveis que são propriedade do Município e que ainda não se encontravam inventariados, e sobretudo pela amortização dos bens transferidos para o Município por conta da transferência de competências no âmbito da Educação que se efetivou em abril de 2022 e pela transferência de imobilizado em curso para AFT.

A totalidade do valor registado na rubrica provisões do período, reflete a anulação da provisão constituída em 2019 por conta do processo litigioso decorrente da empreitada “Ruas”, que teve o seu desfecho no 2ª semestre de 2022.

Este diferendo teve tradução legal no processo 376/15.5 BEBJA que opunha o Município de Alcácer do Sal à empresa Vibeiras, S.A. que decorreu no Tribunal Administrativo de Beja, em 07 de julho de 2022 as partes chegaram a acordo para findar o processo e resolver o litígio. Deste acordo resultou uma diminuição do valor inicialmente solicitado ficando pelos 788.117,93€, que foram liquidados, tendo-se assim, extinta a instância.

Quadro 21 - Evolução dos rendimentos

Rendimentos	2022	2021	Δ	Δ
			2022/2021	2022/2021
			€	%
Impostos, contribuições e taxas	10 042 134,86	6 417 969,22	3 624 165,64	56,47%
Vendas	20 331,57	20 878,17	-546,60	-2,62%
Prestações de serviços e concessões	2 294 125,59	2 037 557,33	256 568,26	12,59%
Transferências e subsídios correntes obtidos	11 278 426,89	10 406 783,68	871 643,21	8,38%
Imparidade de dívidas a receber	0,00	128 463,70	-128 463,70	-100,00%
Provisões do período	573 411,72	0,00	573 411,72	--
Outros rendimentos	1 637 521,70	7 303 749,66	-5 666 227,96	-77,58%
Juros e rendimentos similares obtidos	199,18	299,39	-100,21	-33,47%
Total	25.846.151,51	26.315.701,15	-469.549,64	-1,36

Nos proveitos, os impostos, contribuições e taxas apresentam uma variação positiva (superior a 56%) relativamente ao ano anterior, correspondendo a um acréscimo de mais de 3,6 milhões de euros. Como já foi referido, esta situação deveu-se sobretudo ao forte incremento do IMT verificado em 2022, sobretudo ao valor do apuramento deste imposto referente ao mês de dezembro de 2022.

Na rubrica de juros e rendimentos similares obtidos verificou-se uma diminuição superior a 33%, o que, contudo, representa materialmente apenas um decréscimo de cerca de 100 euros. A rubrica de transferências e subsídios obtidos totaliza mais de 11,2 milhões de euros, tendo registado um aumento de 8,38%, correspondendo a uma subida de mais de 874 mil euros, em resultado das transferências efetuadas pela delegação de competências no âmbito da Educação que se concretizaram a partir de 01 de abril de 2022.

A componente imparidade de dívidas a receber, registou em 2022 o valor de cerca de 39 mil euros, resultado da reversão de imparidades em cerca de 2 mil euros, e do resultado de aumentos/reforços de imparidades no domínio das dívidas a receber, em cerca de 41 mil euros.

No que se refere à rubrica outros rendimentos, esta apresenta um decréscimo de mais de 5,6 milhões de euros face a 2021, ano em que se verificou uma alienação de um terreno em Brejos da Carregueira que ascendeu a mais de 6,9 milhões de euros. Em 2022 o valor cifra-se em cerca de 1,6 milhões de euros, valor este que resulta sobretudo da renda de concessão de energia elétrica à E-Redes em mais de 770 mil euros e de imputação dos subsídios FEDER para investimento em mais de 700 mil euros.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. Apresentam-se os seguintes indicadores:

Quadro 22 - Indicadores económico-financeiros

Indicadores	Rácio	2022	2021
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	91%	84%
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	9,70	5,16
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	4,32	2,09
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	2,81	1,53

Em todos os indicadores resultaram em 2022 melhorias face a 2021, salientando-se o indicador da Autonomia Financeira, por verificar um maior acréscimo (7%).

ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Os limites de endividamento surgiram com a entrada em vigor da Lei n.º 2 de 2007, de 15 janeiro. Em 2014 houve alteração nos cálculos do limite de endividamento e no apuramento da dívida total, de acordo com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, consideram-se os limites da Dívida Total para 2022, como se transcreve:

“1 - A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos Municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um Município:

a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;

b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios referida no n.º 1, não é considerado:

a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e

b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos Municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos Municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Os limites da Dívida Total em 2022, para o Município de Alcácer do Sal, calculados de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 25.958.198,68€;
- A Dívida Total municipal (incluindo entidades relevantes) foi de 3.489.735,07€;
- A Dívida Total municipal (excluindo não orçamentais, capital excepcionado (empréstimos) e FAM) foi de 1.765.472,12€;
- Ficando assim uma margem absoluta de 24.192.726,56€. Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é apenas 20% daquele valor, ou seja, 4.838.545,31€.

O valor da Dívida Total municipal registado em 2022 sofreu um aumento, quando comparado com os valores apurados de 2021, de 1,71% que corresponde ao valor de 58.723,10€.

Podemos, assim, inferir que o Município de Alcácer do Sal mantém uma posição cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2022, não excedendo o limite de endividamento.

CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de custos é um instrumento de gestão interna que permite desagregar os custos por bens, serviços e funções, e como tal complementa a contabilidade orçamental (na ótica da despesa e da receita) e a contabilidade patrimonial (alterações na composição ou valor do património) e apura resultados mensais a partir dos quais se obtêm informações que ajudam na tomada de decisão dos órgãos de gestão e administração.

O apuramento dos custos dos bens, serviços e funções, corresponde ao apuramento dos custos diretos e indiretos relacionados com toda a atividade produtiva, distribuição, administração geral e financeira. Todos os custos e perdas do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos diretos, indiretos e não incorporáveis.

Custos Diretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação são facilmente observáveis para algum bem ou serviço, e que são, obviamente, também diretos à função a que o bem ou serviço diz respeito.

Custos Diretos a uma Função e Indiretos a Bens e Serviços – custos cuja incorporação não é direta a um bem ou serviço, mas que são repartidos pelos bens e serviços das funções a que respeitam, ou seja, estes custos não se conseguem atribuir diretamente a um bem ou serviço, mas conseguem-se identificar com uma função.

Custos Indiretos a Funções – custos de carácter genérico, que não se conseguem atribuir diretamente a uma função, são custos gerais e deverão ser repartidos indiretamente por todas as funções.

Custos não incorporáveis – são custos que, pela sua natureza ou causa, não são imputáveis a qualquer função, bem ou serviço.

O SNC–AP, na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, tem como objetivo estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação.

O nosso objetivo é por isso passarmos da contabilidade de custos, que temos hoje implementada, para uma contabilidade de gestão, mais abrangente, que para além dos gastos, apure as receitas e as reparta também aos bens, serviços e funções do Município, possibilitando uma melhor análise dos resultados.

Em 2022 iniciámos a parametrização da contabilidade de proveitos para que em 2023 já seja possível extrair informação mais completa e que reflita uma verdadeira contabilidade de gestão.

ANÁLISE DE CUSTOS POR FUNÇÕES

A contabilidade de custos do Município assenta igualmente numa classificação funcional dos custos, de acordo com o classificador funcional das autarquias locais, aprovado pelo DL nº 192 /2015 de 11 de setembro e com base na NCP 27 - Contabilidade de Gestão do SNC-AP.

A contabilidade de custos permite obter mais informação sobre o esforço financeiro desenvolvido nas quatro grandes áreas de intervenção, as funções gerais, as funções sociais, as funções económicas e, por último as outras funções, possibilitando um melhor planeamento da atividade e no prosseguimento das suas atribuições.

Quadro 23 - Custos por funções

Código	Designação	Custos Diretos a Bens e Serviços	Custos Indiretos a Bens e Serviços	Total
1	Funções Gerais	1 217 061,29	4 527 470,70	5 744 531,99
111	Administração Geral	944 527,92	4 433 078,51	5 377 606,43
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	272 533,37	94 392,19	366 925,56
2	Funções Sociais	8 599 948,20	2 473 829,89	11 073 778,09
211	Ensino Não Superior	1 458 059,78	431 237,20	1 889 296,98
212	Serviços Auxiliares de Ensino	608 761,91	8 304,07	617 065,98
221	Serviços Individuais de Saúde	11 540,36	38 550,02	50 090,38
231	Segurança Social	-	-	0,00
232	Ação Social	400 407,04	153 052,14	553 459,18
241	Habitação	19 404,58	33 668,18	53 072,76
242	Ordenamento do Território	-	45 789,01	45 789,01
243	Saneamento	713 998,08	230 379,77	944 377,85
244	Abastecimento de Água	1 415 068,85	395 370,72	1 810 439,57
245	Resíduos Sólidos	1 047 482,13	283 409,94	1 330 892,07
246	Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	837 247,85	212 204,30	1 049 452,15
251	Cultura	1 068 420,44	324 322,81	1 392 743,25
252	Desporto, Recreio e Lazer	874 852,09	302 541,73	1 177 393,82
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	144 705,09	15 000,00	159 705,09
3	Funções Económicas	1 858 061,50	1 493 434,41	3 351 495,91
320	Indústria e Energia	248 918,48	137 605,68	386 524,16
331	Transportes Rodoviários	626 253,82	959 160,32	1 585 414,14
333	Transportes Fluviais	577,83	-	577,83
341	Mercados e Feiras	797 340,91	152 774,10	950 115,01
342	Turismo	184 691,51	243 894,31	428 585,82
350	Outras Funções Económicas	278,95	-	278,95
4	Outras Funções	77 859,69	220 646,90	298 506,59
410	Operações da Dívida Autárquica	39,84	18 922,83	18 962,67
420	Transferências entre Administrações	-	198 027,28	198 027,28
430	Parque de Máquinas e Viaturas	77 819,85	3 696,79	81 516,64
Total		11 752 930,68	8 715 381,90	20 468 312,58

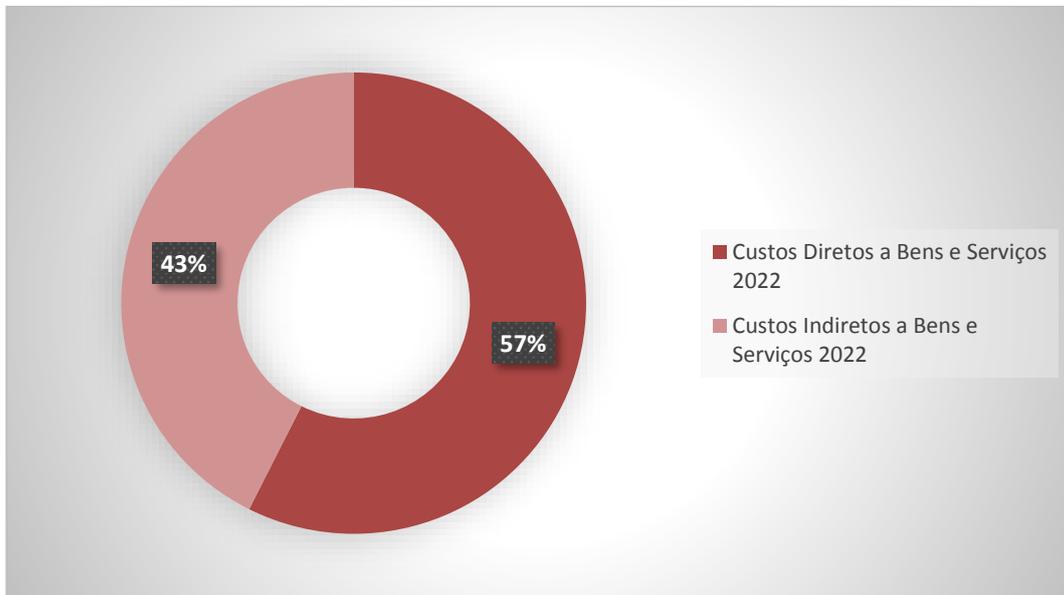
As funções sociais são as que representam um maior peso na estrutura do Município de Alcácer do Sal, correspondendo a 54,10% do total dos custos, que representam cerca de 11,1 milhões de euros. Dentro destas funções, destacamos o ensino não superior, o abastecimento de água, a cultura e os resíduos sólidos, que representam 58,01%, mais de metade deste grande grupo.

A seguir com maior peso nos custos da autarquia vêm as funções gerais, que representam 28,07% do total correspondendo a cerca de 5,7 milhões de euros, que se referem quase integralmente às despesas com a administração geral, aqui incluem-se entre outros, os órgãos da autarquia, a divisão administrativa e financeira e os recursos humanos.

Já as funções económicas representam cerca de 3,4 milhões de euros, 16,37% do total dos custos, sendo que a maior fatia foi imputada aos transportes rodoviários.

Por último, a função outras funções, representa apenas 1,46% do valor do total dos custos do Município, correspondentes a cerca de 300 mil euros.

Gráfico 13 - Custos por funções



Do gráfico anterior, como se pode observar, concluímos que os custos diretos a bens e serviços, continuam a ser superiores aos indiretos, sendo a diferença entre eles um pouco mais expressiva relativamente ao ano anterior representando respetivamente,

57% e 43%. Onde se conclui, que existiu um maior esforço na afetação dos custos às atividades.

Não se registam quaisquer custos indiretos às funções.

Ao observarmos o Quadro 27, verificamos um aumento do valor total dos custos por funções do ano 2021 para o ano 2022, no valor de sensivelmente 3 milhões de euros.

As funções gerais mantêm-se quase inalteradas. No que diz respeito às funções sociais, houve uma variação positiva bastante acentuada, de cerca de 24,30%, que corresponde a cerca de 2.164 mil euros, devendo-se quase na sua totalidade, ao investimento realizado na educação, serviços auxiliares de ensino, no desporto, recreio e lazer e, por último nos resíduos sólidos.

As funções económicas também sofreram um acréscimo, em cerca de 952 mil euros referente sobretudo aos mercados e feiras e ao turismo que representam 41% dos custos totais dessa função.

Nas outras funções, observou-se um decréscimo, de 25,22%, que se deveu quase na sua totalidade à diminuição nas transferências entre administrações no valor de cerca de 131 mil euros.

Quadro 24 - Evolução dos custos por funções

Código	Designação	Custos por Funções 2022	Custos por Funções 2021	Δ 2022/2021
1	Funções Gerais	5 744 531,99	5 801 080,52	-0,97%
111	Administração Geral	5 377 606,43	5 461 348,99	-1,53%
121	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	366 925,56	339 731,53	8,00%
2	Funções Sociais	11 073 778,09	8 909 251,85	24,30%
211	Ensino Não Superior	1 889 296,98	809 761,90	133,32%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	617 065,98	463 019,19	33,27%
221	Serviços Individuais de Saúde	50 090,38	11 311,28	342,84%
231	Segurança Social	-	2 015,31	-100,00%
232	Ação Social	553 459,18	424 966,56	30,24%
241	Habituação	53 072,76	76 394,24	-30,53%
242	Ordenamento do Território	45 789,01	49 118,01	-6,78%
243	Saneamento	944 377,85	922 360,85	2,39%
244	Abastecimento de Água	1 810 439,57	1 694 490,74	6,84%
245	Resíduos Sólidos	1 330 892,07	1 146 745,85	16,06%
246	Proteção Meio Ambiente e Conservação da Natureza	1 049 452,15	949 882,68	10,48%
251	Cultura	1 392 743,25	1 395 529,63	-0,20%
252	Desporto, Recreio e Lazer	1 177 393,82	923 956,12	27,43%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	159 705,09	39 699,49	302,28%
3	Funções Económicas	3 351 495,91	2 399 797,05	39,66%
320	Indústria e Energia	386 524,16	456 952,83	-15,41%
331	Transportes Rodoviários	1 585 414,14	1 502 796,87	5,50%
333	Transportes Fluviais	577,83	3 019,51	-80,86%
341	Mercados e Feiras	950 115,01	213 481,75	345,06%
342	Turismo	428 585,82	222 931,09	92,25%
350	Outras Funções Económicas	278,95	615,00	-54,64%
4	Outras Funções	298 506,59	399 158,42	-25,22%
410	Operações da Dívida Autárquica	18 962,67	18 379,36	3,17%
420	Transferências entre Administrações	198 027,28	329 006,63	-39,81%
430	Parque de Máquinas e Viaturas	81 516,64	51 772,43	57,45%
Total		20 468 312,58	17 509 287,84	16,90%

OUTRAS SITUAÇÕES

Como referido na introdução são vários os desafios que decorrem da aplicação do SNC-AP. Desses desafios, destacamos a aplicação da NCP 4 – acordos de concessão de serviços.

Relativamente a esta matéria não foram disponibilizados elementos suficientes por parte dos concessionários, que permitam efetuar a contabilização das concessões de acordo com a NCP4.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se que o resultado líquido do exercício positivo, no montante de 3.768.389,92€ tenha a seguinte aplicação:

- Que sejam constituídas reservas legais no montante de 188.419,50€, correspondente a 5% do resultado líquido;
- O restante valor de 3.579.970,42€ seja transferido para a conta 56 – Resultados Transitados.

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

	DESIGNAÇÃO	SNC- -AP	Documento TC
50	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	-	-
51	Balanço	NCP1	A1
52	Demonstração de resultados por natureza	NCP1	A1
53	Demonstração das alterações no património líquido	NCP1	A1
54	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1	A1
55	Anexo às demonstrações financeiras	NCP1	A1
85	Anexo I - Caracterização da entidade	NCP1	A4
88	Anexo II - Organograma	NCP1	A1
90	Anexo III - Empréstimos obtidos - empréstimos bancários	NCP1	A5
91	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	-	-
92	Orçamento	NCP26	A1
93	Plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
94	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26	A1
95	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26	A1
96	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26	A1
97	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
98	Anexo às demonstrações orçamentais	-	-
100	Alterações orçamentais da receita	NCP26	A1
101	Alterações orçamentais da despesa	NCP26	A1
102	Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP26	A1
103	Operações de tesouraria	NCP26	A1
104	Contratação administrativa - situação dos contratos	NCP26	A1
105	Contratação administrativa - adjudicações por tipo de procedimento	NCP26	A1
106	Transferências e subsídios - despesa	NCP26	A1
107	Transferências e subsídios - receita	NCP26	A1
108	Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos	-	NT1/2017
109	Certificação legal de contas	-	A4
110	Relatório e parecer do revisor oficial de contas	-	A4
111	OUTROS DOCUMENTOS	-	-
112	Anexo IV - Declaração de compromissos plurianuais no âmbito da LCPA	-	-
114	Anexo V - Declaração de pagamentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
116	Anexo VI - Declaração de recebimentos em atraso no âmbito da LCPA	-	-
118	Anexo VII - Resumo diário de tesouraria	-	-
119	Anexo VIII - Síntese das reconciliações bancárias	-	A4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço

Demonstração de resultados por natureza

Demonstração das alterações ao património líquido

Demonstração de fluxos de caixa

Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no Anexo I e, o organograma, no Anexo II.

No quadro 1 apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 – Desagregação da caixa e depósitos

Conta	2021	2022
Caixa	3 156,49	3 316,81
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	14 473 755,34	15 553 106,22
Total	14 476 911,83	15 556 423,03

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), de modo a representarem de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de Alcácer do Sal.

A informação é preparada na base do acréscimo, onde os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam, independentemente do momento do pagamento ou recebimento.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são medidos ao seu custo de aquisição, deduzindo as correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade.

Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos não se integrem nas atividades atribuídas ao Município, conforme as Notas de

Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional, publicadas em anexo da Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho na sua atual redação.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A amortização é calculada numa base duodecimal.

Participações financeiras

As participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, deduzidas das perdas por imparidade.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta), o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2 (classificador complementar).

Contas a receber

As contas "clientes" e "outras contas a receber" são reconhecidas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Município não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Os valores refletidos no Balanço a título de Clientes e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foram solicitados pedidos de pagamento), ou a aguardar o seu início ou execução.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado pelo custo médio ponderado.

Erros materiais de períodos anteriores

Não aplicável.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

Quadro 2 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia Escriturada
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Prog. computador e sist. informáticos.	536 683,22	443 653,68		93 029,54	547 936,00	470 128,99		77 807,01
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	536 683,22	443 653,68		93 029,54	547 936,00	470 128,99		77 807,01

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escritura da Final
		Adições	Transf. Internas	Reav	Reversões e perdas	Perdas por imparidade	Amort. Período	Dimin.	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Prog. computador e sist. informáticos	93 029,54	11 252,78					26 475,31		77 807,01
Propriedade Industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	93 029,54	11 252,78					26 475,31		77 807,01

Quadro 4 – Adições

Rúbricas	Adições									
	Inter nas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação financeira.	Fusão, cisão	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Prog. computador e sist. informáticos		10 267,92			984,86					11 252,78
Propriedade Industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total		10 267,92			984,86					11 252,78

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Com a transição para o SNC-AP, de acordo com a NCP4, devem ser identificados e avaliados os acordos de concessão enquadráveis na referida norma, nos seus termos e impactos patrimoniais, para serem objeto de reconhecimento contabilístico, durante um período de transição considerado.

Apesar de identificados, não foi ainda possível quantificar junto dos concessionários os acordos/ativos das concessões, nos termos da norma. Este reconhecimento poderá ter impactos com algum significado, não quantificáveis à data, nos ativos e passivos do Município, embora não se antevejam alterações ao nível dos resultados.

Não foram disponibilizados elementos suficientes por parte dos concessionários, que permitam efetuar a contabilização das concessões de acordo com a NCP4.

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com os elementos disponíveis.

Quadro 5 - Concessões

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de Concessão	Período de Concessão	Valor do Contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Alcácer do Sal (E-REDES)			20 Anos				
Exploração e gestão de serviços públicos e abast. água p/ consumo público e saneamento águas residuais urbanas em alta (AGDA)			50 Anos				

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível (AFT) foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O Município utiliza o método das quotas constantes (ou linha reta) para calcular as depreciações.

Quadro 6 - Bens não inventariados

Designação	Tipologia	Freguesia	Artigo	Valor Patrimonial	Determinado no Ano	Classificação Patrimonial
Prédio Vale de Água - Captações de Água	Edifício	150103	1880	6.135,11 €	2006	AFT
Prédio Comporta (Antiga Fábrica de Tabaco)	Edifício	150106	340	26.189,48 €	2006	AFT
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150101	3541	18.856,66 €	2006	AFT / DP
Olival da Estrada	Terreno Urbano	150101	3542	6.970,46 €	2006	AFT / DP
Bairro Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150101	3864	16.390,71 €	2006	DP
Bairro Professor Francisco Gentil	Terreno Urbano	150101	3929	38.161,59 €	2006	AFT
Bairro da Quintinha	Terreno Urbano	150101	4241	60.642,31 €	2006	AFT
Bairro do Laranjal	Terreno Urbano	150103	3028	106.552,72 €	2006	AFT / DP
Herdade do Pinhal	Terreno Urbano	150103	3096	119.540,00 €	2009	AFT / DP
São Roque	Terreno Urbano	150104	1949	954,82 €	2006	AFT
São Roque	Terreno Urbano	150104	2012	2.944,05 €	2006	AFT
Cerrado da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2077	10.688,81 €	2006	AFT
Courela da Fonte Santa	Terreno Urbano	150104	2079	9.600,21 €	2006	AFT
Courela da Eira	Terreno Urbano	150104	2991	16.430,00 €	2006	AFT
Ao Cerrado de Tábuas - Olival	Terreno Urbano	150101	G-184	14,48 €	1989	AFT
Loteamento da Horta de Oriola	Terrenos Urbanos	150103	vários	3.990,00 €	2021	AFT
Total				444.061,41 €		

DP – domínio público

Devido à quantidade, diversidade e natureza jurídica dos elementos patrimoniais que constituem os bens de domínio público e os bens imóveis do domínio privado, apesar de todos os esforços encetados, não foi ainda possível inventariar todos os bens do Município, situação em que se irá insistir para a respetiva resolução.

Quadro 7 - Bens não valorizados

Evidencia-se a listagem dos bens não valorizados do Município de Alcácer do Sal, que correspondem a bens totalmente amortizados, bens que resultam de ofertas ao Município, bens que pertenciam à empresa municipal EMSUAS e que foram integrados no ativo fixo do Município aquando do encerramento desta e, por último, os bens introduzidos no ativo fixo do Município por via da transferência da delegação de competências no âmbito da educação que pertenciam à EB Pedro Nunes e EB 2+3 Bernardim Ribeiro.

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
14430	43712	Plaina Eléctrica EH 4	2007
14431	43712	Berbequim de Percussão SB13XE	2007
14705	43712	Quadro aguarela - Alcácer III - Av. João Soares Branco - Pedro Charneca	2007
14706	43712	Quadro a óleo - Salatia Romana - Maria Christina Pals	2007
17691	43042	Serigrafia - Ponto de Fuga Atlântico II - Américo Ferreira Silva	2008
18135	43723	Tapete 0,60x0,90 m	2008
18490	43343	Leitor de DVD Panasonic	2008
22786	43351	Peladora de batatas Sammic PP-6	2010
23264	43725	Extração de fumos com motor de cobertura	2010
23265	43725	Insuflação de Ar Novo feito pela grelha na parede	2010
23266	43725	Variador de frequência eletrónico	2010
21637	443	Software mSIC-Sinc, p/ sistema de leitura ótica p/ etiquetas de bens	2010
25004	43363	Sistema de rega	2011
27917	43711	Sistema Antirroubo	2014
27964	43721	Escada Berner 3,3 Mts	2014
27965	43712	Faca para máquina Ferri HRC	2014
27966	43726	Salamandra	2014
27967	43311	Computador P III 500 MHZ 6,4M	2014
27968	43311	Computador	2014
27969	43311	5 UPS MGE NOVA 600VA	2014
27970	43311	Computador GOLDNET	2014
27971	43311	Computador GOLDNET	2014
27972	43311	Computador Portátil TOSHIBA	2014

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
27973	43311	2 UPS MGE NOVA 600VA	2014
27975	43311	PC Intel Dual Core	2014
27976	43311	PC ASUS G31	2014
27977	43311	Computador Intel D430	2014
27978	43311	Impressora HP 1120	2014
27979	43311	Impressora Minolta Pagero 1100L	2014
27980	43311	Computador P IV 1,6 GB	2014
27981	43311	Computador AMD SEMPRON 2,6 GHZ	2014
27982	43311	Impressora CLP laser cores	2014
27983 - 27984	43311	Monitor BENQ preto	2014
27985 - 27986	43311	Telemóvel	2014
27987	43311	Impressora LEXMARK C500N	2014
27988	43311	Fotocopiadora Minolta EP 1054	2014
27989	43326	Camara Sony MVC - FD75	2014
27990 - 27994	43712	Betoneira INBAL 180 L	2014
27995	43712	Talocha mecânica BM 1200 H	2014
27996	43712	Saltitão Mikasa	2014
27997	43375	Serrote fita TP	2014
27998	43361	Corta-relvas Muculloch Mac 19 BSP (485)	2014
27999	43361	Corta-relvas Óleo Mac 648 H (486)	2014
28000	43712	Martelo demolidor	2014
28001	43712	Berbequim de percussão	2014
28002	43712	Máquina de lavar de alta pressão	2014
28003	43712	Máquina Rubi DS-300	2014
28004	43376	Lixadeira cinta 100x610 BBS 100	2014
28005	43712	Misturadora Berner 1300 W	2014
28006	43712	Perfurador SDS Max BHD-8-1	2014
28007	43376	Lixadeira Berner BOS-280 B. Clic	2014
28008	43311	Impressora Multifunções LEXMARK X12	2014
28009	43311	Impressora Konica Minolta Magicolor	2014
28015	43712	Aparafusadora punho c/ bucha 10,8 V BC	2014
30049 - 30058	43354	Saboneteira Soft care de enchimento	2016
30589	4379	Estrutura de Roll up - dimensão 850x2000mm	2016
30821	43725	Ventilador climatizador S&P - Meteor EC	2017
31484 - 31487	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025416	2017
31488	43724	Candeeiro de secretária, lâmpada Ecostar, refª A025404	2017
31525	43721	ELV suporte "X", branco refª 003.095.94	2017

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
32699	43363	Motosserra Stihl MS660 (328)	2019
32700	43363	Motosserra Stihl MS250 (326)	2019
1872	42013	Parcela de Terreno sito R. Olival Outeiro - Alcácer do Sal	2020
34526	43511 - 15	Tablet TABS6 Lite 10,4" SM-P615NZAEPHE	2022
34528	43392 - 2.99	Equipamento de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos	2022
34709	43363 - 06	Biotriturador - Princípio da substância sob a forma	2022
34799	43376 - 18.03	Equipamento Frigorífico e de refrigeração	2022
34800	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
34801	43311 - 02	Computadores	2022
34802	43311 - 13	Monitores	2022
34803	43725 - 04	Desumidificador	2022
34804	43726 - 02	Aquecedores	2022
34805	43522	Destruidor de papel	2022
34806	43311 - 03	Equipamento de rede	2022
34807	4353 - 01	Armários	2022
34808	4353 - 10	Mesas	2022
34809	4353 - 05	Cadeiras	2022
34811	43328 - 1.06	Relógios	2022
34816	43724	Armadura para lâmpadas fluorescentes	2022
34817	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
34818	43354 - 01	Aspiradores	2022
34840	43724	Armaduras fluorescentes	2022
34841	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
34842	43321 - 06	bancadas	2022
34843	4353 - 10	Mesas	2022
34844	4353 - 05	Cadeiras	2022
34845	43341	Outro mobiliário	2022
34846	43511	Outro equipamento informático	2022
34848	43311 - 16	PC Portátil	2022
34849	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
34850	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
34863	4353 - 05	Cadeiras	2022
34866	43321 - 13	Equipamento frigorífico e de refrigeração	2022
34869	43522 - 01	Fotocopiadoras	2022
34871	43311 - 16	PC portáteis	2022
34873	43311 - 02	Computadores	2022
34875	4353 - 13	Sofá	2022

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
34877	4353 - 10	Mesas	2022
34880	4353 - 01	Armários	2022
34882	43342 - 15	Quadros escolares	2022
34885	43341	Outro mobiliário e equipamento	2022
34887	43721 - 06	Bengaleiros	2022
34889	4353 - 11	Placards	2022
34890	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
34891	43311 - 02	Computadores	2022
34892	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
34897	43311	Outro equipamento informático	2022
34899	43343 - 14	Projetores diversos	2022
34901	43342 - 15	Quadros escolares	2022
34906	43343 - 07	Ecrãs	2022
34909	4353 - 05	Cadeiras	2022
34912	43341 - 03	Cacifos	2022
34914	43311 - 02	Computadores	2022
34917	43311 - 13	Monitores	2022
34940	43311 - 02	Computadores	2022
34941	43311 - 13	Monitores	2022
34942	43341 - 03	Armários	2022
34943	43344 - 05	Bancos	2022
34944	4353 - 10	Mesas	2022
34945 - 34946	43341 - 03	Cacifos	2022
34947 - 34973	4353 - 05	Cadeiras	2022
35013	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35014 - 35015	4353 - 01	Armários	2022
35094 - 35103	4353 - 10	Mesas	2022
35104 - 35108	43344 - 05	Bancos	2022
35148 - 35165	4353 - 05	Cadeiras	2022
35166	43311 - 02	Computadores	2022
35167	4353 - 10	mesas	2022
35168	43311 - 13	Monitores	2022
35189	43311 - 16	PC Portátil	2022
35230	4353 - 10	mesas	2022
35231	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35232	43521 - 09	Registadora	2022
35233 - 35255	4353 - 05	Cadeiras	2022

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
35256	43311 - 02	Computadores	2022
35257	43311 - 02	Computadores	2022
35326	43311 - 16	PC portáteis	2022
35327	43311 - 16	PC portáteis	2022
35328 - 35360	43511	Outro equipamento informático	2022
35361 - 35364	4353 - 05	Cadeiras	2022
35365 - 35387	4353 - 10	Mesas	2022
35388 - 35392	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
35393 - 35399	43724	Armaduras fluorescentes	2022
35400 - 35406	4353 - 13	Sofás	2022
35491 - 35496	43721 - 22	Prateleira	2022
35526 - 35535	43724	Armadura para lâmpadas fluorescentes	2022
35536 - 35537	43725 - 14	Ventoinha	2022
35552	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
35596 - 35609	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
35610 - 35611	43721 - 06	Bengaleiros	2022
35612	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
35613	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35697	43343	Tela de projeção	2022
35726	43341 - 14	Mesa (apoio, bilhar, jogo, pingue-pongue)	2022
35745	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35746	43725 - 14	Ventoinha	2022
35748	43311 - 02	Computadores	2022
35795	43726	Aquecedores	2022
35796	43376 - 18.03	Equipamento Frigorífico e de refrigeração	2022
35797 - 35798	43311 - 02	Computadores	2022
35802	43343 - 17	Televisor	2022
35803	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35819 - 35842	4353 - 05	Cadeiras	2022
35844 - 35855	4353 - 10	Mesas	2022
35873 - 35875	4353 - 01	Armários	2022
35876 - 35877	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35878	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35879	43343	Tela de projeção	2022
35880	43311 - 16	PC portáteis	2022
35881 - 35885	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
35886 - 35893	43724	Armadura para lâmpadas fluorescentes	2022

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
35894	43328 - 1.06	Relógios	2022
35895	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35896	43721 - 06	Bengaleiros	2022
35897	43721 - 21	Papeleiras	2022
35942 - 35943	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35944	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
35948	43343 - 07	Ecrãs	2022
35951	4353 - 12	Secretárias	2022
35953	43311 - 02	Computadores	2022
35954	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
35956	43725 - 14	Ventoinha	2022
35958	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35968 - 35969	43342 - 15	Quadros escolares	2022
35970	4353 - 11	Placards	2022
35972	43311 - 02	Computadores	2022
35974	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
35976	43721 - 06	Bengaleiros	2022
35980	43343 - 14	Projetores diversos	2022
35982 - 35995	4353 - 10	Mesas	2022
35999 - 36024	4353 - 05	Cadeiras	2022
36030 - 36041	43341	Mobiliário	2022
36043 - 36044	43342 - 15	Quadros escolares	2022
36047	43343 - 14	Projetores diversos	2022
36076	4353 - 11	Placards	2022
36077 - 36087	4353 - 10	Mesas	2022
36089 - 36106	4353 - 05	Cadeiras	2022
36107	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
36114	43311 - 02	Computadores	2022
36115	43725 - 14	Ventoinha	2022
36170	43721 - 06	Bengaleiros	2022
36172	4353 - 01	Armários	2022
36178	43311 - 19	Router	2022
36201 - 36210	43341	Mobiliário	2022
36214	4353 - 05	Cadeiras	2022
36220	43311 - 16	PC portáteis	2022
36221	43312 - 13	Telefones	2022
36222	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
36223	43725 - 04	Desumidificadores	2022
36230	43726 - 02	Aquecedores	2022
36232	43721 - 21	Papeleiras	2022
36247 - 36249	43724	Armaduras fluorescentes	2022
36333	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
36337	43522 - 01	Fotocopiadoras	2022
36338	43522 - 03	Guilhotinas	2022
36339	43522 - 99	Máquina de Plastificar	2022
36340 - 36341	43522 - 05	Máquinas de encadernar	2022
36401 - 36403	4353 - 01	Armários	2022
36404 - 36406	4353 - 10	Mesas	2022
36407 - 36408	4353 - 05	Cadeiras	2022
36409	43725 - 14	Ventoinha	2022
36410	43724	Armaduras fluorescentes	2022
36411 - 36416	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
36419 - 36422	4353 - 12	Secretárias	2022
36423 - 36426	4353 - 05	Cadeiras	2022
36431 - 36434	43311 - 13	Monitores	2022
36435	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
36445	43311 - 07	Impressoras	2022
36446 - 36454	43723 - 16	Reposteiros, toldos, estores, cortinas e cortinados	2022
36455	4353 - 01	Armários	2022
36456	4353 - 11	Placards	2022
36457	43342 - 15	Quadro Branco	2022
36458	43721 - 06	Bengaleiros	2022
36459 - 36460	43724	Armadura para lâmpadas fluorescentes	2022
36461	43522	Destruidor de papel	2022
36462 - 36463	43726 - 02	Aquecedores	2022
36464 - 36466	4353 - 05	Cadeira de executivo	2022
36467	43341	Mobiliário	2022
36468	43522 - 01	Fotocopiadoras	2022
36476	43725	Aparelhos de ar condicionado	2022
36477 - 36498	43511	Outro equipamento informático	2022
36499 - 36501	43311 - 16	PC portáteis	2022
36502	43312 - 12	Telecopiadores (fax)	2022
36503 - 36505	43343 - 15	Retroprojetores	2022
36506	43311 - 20	Scanners	2022

Nº Inventário	Classif.	Descrição	Ano
36508	43326 - 19	Máquina fotográfica	2022
36529	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
36531	43342 - 15	Quadros escolares	2022
36532	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
36533 - 36558	4353 - 05	Cadeiras	2022
36560 - 36572	4353 - 10	Mesas	2022
36574	43721 - 06	Bengaleiros	2022
36576 - 36590	4353 - 10	Mesas	2022
36597 - 36621	4353 - 05	Cadeiras	2022
36622	43725 - 01	Aparelhos de ar condicionado	2022
36623 - 36624	43311 - 18	Projetores de imagem de ecrã (data Display)	2022
36625	43343	Tela de projeção	2022
36626 - 36627	43342 - 15	Quadros escolares	2022
36629 - 36630	4353 - 01	Armários	2022
36631	43311 - 02	Computadores	2022
36634	43311 - 13	Monitores	2022
36642 - 36647	43343 - 03	Colunas para reprodução de som	2022
36648	43721 - 06	Bengaleiros	2022
36654 - 36673	43511 - 02	Computador	2022
32939	443	Software de Antivírus	2022

Quadro 8 – Imobilizado em curso (mais de 3 anos)

Designação	Valor	Data Início Imobilizado em Curso	Obs.
Projeto de Execução das Infraestruturas de Foros de Albergaria	18 227,45 €	22/10/2017	a)
Requalificação da Escola Básica n.º 1 de Alcácer do Sal (Escola dos Telheiros) - n.º de inv (808 a 811)	807 691,32 €	05/07/2016	b)
Projeto da ETAR da Quintinha	10 762,50 €	07/10/2016	c)
Projeto de Execução das Infraestruturas em Casebres	15 252,00 €	22/10/2017	d)
ETAR Forno da Cal	213 207,53 €	20/03/2017	e)
Projeto Via urbana entre o Bairro do Olival Queimado e Piscinas Municipais	16 543,50 €	23/09/2019	f)
Projeto de execução ETAR Monte Novo de Palma	18 450,00 €	05/10/2019	f)
Total	1.100.134,30		

a) Obra concluída, aguarda aprovação da conta final para receção da obra

b) Decorre o processo de rescisão de contrato com o Empreiteiro e preparação de novo procedimento de contratação pública para conclusão da obra

c) Projeto em execução. Em negociação com o proprietário do terreno, a aquisição do terreno para instalar a ETAR

d) Em fase de preparação do procedimento de contratação pública com início previsto em 2023

e) Em conclusão de pequenas anomalias detetadas para proceder à receção total da obra

f) Estão a ser reunidas as condições para preparação do procedimento de contratação pública para execução das obras

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se no quadro seguinte.

Quadro 9 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rúbricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Impari. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	735 684,76			735 684,76	735 988,76			735 988,76
Edifícios e outras construções	3 142 208,03	2 569 571,12		572 636,91	4 267 903,92	2 662 089,93		1 605 813,99
Infraestruturas	49 713 567,71	41 332 682,65		8 380 885,06	55 442 015,97	42 699 558,88		12 742 457,09
Patrimônio histórico, artístico e cultural	446 896,92			446 896,92	446 896,92			446 896,92
Outros								
Bens do domínio público em curso								
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Patrimônio histórico, artístico e cultural								
Ativos fixos em concessão em curso								
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	9 815 633,85			9 815 633,85	9 820 343,85			9 820 343,85
Edifícios e outras construções	26 140 504,00	10 350 200,46		15 790 303,54	30 146 998,62	10 881 535,40		19 265 463,22
Equipamento básico	4 291 557,61	3 630 902,22		660 655,39	4 932 285,94	3 813 413,52		1 118 872,42
Equipamento de transporte	5 002 530,14	3 892 319,67		1 110 210,47	5 443 420,29	4 226 962,42		1 216 457,87
Equipamento administrativo	640 325,84	513 324,89		127 000,95	768 131,40	574 228,76		193 902,64
Equipamento biológicos								
Outros	1 365 347,53	1 019 808,79		345 538,74	1 436 670,23	1 116 909,95		319 760,28
Ativos fixos tangíveis em curso	9 139 022,72			9 139 022,72	3 861 256,47			3 861 256,47
Total	110 433 279,11	63 308 809,80		47 124 469,31	117 301 912,37	65 974 698,86		51 327 213,51

Quadro 10 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas	Reava.	Reversões de perdas p/ imparidade	Perdas por Impari.	Depreciações período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	735 684,76	304,00							735 988,76
Edifícios e outras construções	572 636,91	11 992,50	1 113 703,39				-92 518,81		1 605 813,99
Infraestruturas	8 380 885,06	741 235,59	4 987 212,67				-1 366 876,23		12 742 457,09
Património histórico, artístico e cultural	446 896,92								446 896,92
Outros									
Bens do domínio público em curso									
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais									
Edifícios e outras construções									
Infraestruturas									
Património histórico, artístico e cultural									
Ativos fixos em concessão em curso									
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	9 815 633,85	4 710,00							9 820 343,85
Edifícios e outras construções	15 790 303,54	3 376 629,65	629 864,97				-531 334,94		19 265 463,22
Equipamento básico	660 655,39	653 185,29					-182 511,30	-12 456,96	1 118 872,42
Equipamento de transporte	1 110 210,47	440 890,15					-334 642,75		1 216 457,87
Equipamento administrativo	127 000,95	128 226,55					-60 903,87	-420,99	193 902,64
Equipamento biológicos									
Outros	345 538,74	71 322,70					-97 101,16		319 760,28
Ativos fixos tangíveis em curso	9 139 022,72	1 453 014,78	-6 730 781,03						3 861 256,47
Total	47 124 469,31	6 881 511,21	0,00				-2 665 889,06	-12 877,95	51 327 213,51

Quadro 11 – Adições

Rúbricas	Adições										
	Inter nas	Compra	Cessão	Transfe rência ou Troca	Expropr iação	Doação	Dação em Pagamento	Locação Finan.	Fusão, Cisão	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais					304,00						304,00
Edifícios e outras construções		9 840,00				152,50 ²					11 992,50
Infraestruturas										741 235,59	741 235,59
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens do domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais										4 710,00	4 710,00
Edifícios e outras construções						67,31				3 376 562,34	3 376 629,65
Equipamento básico		473 936,40								179 248,89	653 185,29
Equipamento de transporte		440 890,15									440 890,15
Equipamento administrativo		112 330,72								15 895,83	128 226,55
Equipamento biológicos											
Outros		69 600,35								1 722,35	71 322,70
Ativos fixos tangíveis em curso		1 288 314,78								164 700,00	1 453 014,78
Total		2 394 912,40			304,00	219,81²				4 484 075,00	6 881 511,21

Quadro 12 – Diminuições

Rúbricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Outros						
Bens do domínio público em curso						
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Infraestruturas						
Património histórico, artístico e cultural						
Ativos fixos em concessão em curso						
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico					-12 456,96	-12 456,96
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo					-420,99	-420,99
Equipamento biológicos						
Outros						
Ativos fixos tangíveis em curso						
Total					-12 877,95	-12 877,95

Nota 7 - Custos de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De acordo com a NCP1, teria de ser divulgado o justo valor das propriedades de investimento. Até ao final da elaboração das demonstrações financeiras, não foi possível apurar com fiabilidade o respetivo justo valor.

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano 2022.

Quadro 13 - Quantia escriturada e variações do período

Rúbricas	Quantia Escriturada Inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas por Impari.	Dif. Camb.	Diminuições	
Propriedades de Investimento								
Bens de domínio público		72 650,00		-121,08				72 528,92
Terrenos e recursos naturais	9 912 396,08	40 722,49					-466 479,41	9 486 639,16
Edifícios e outras construções	41 898,94	198 347,50		-4 715,16				235 531,28
Outras propriedades investimento								
Propriedades investimento em curso								
Total	9 954 295,02	311 719,99		-4 836,24			-466 479,41	9 794 699,36

Quadro 14 - Adições

Rúbricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transf. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público									72 650,00	72 650,00
Terrenos e recursos naturais									40 722,49	40 722,49
Edifícios e outras construções									198 347,50	198 347,50
Outras propriedades investimento										
Propriedades investimento em curso										
Total									311 719,99	311 719,99

Quadro 15 - Diminuições

Rúbricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outros	Total
Propriedades de Investimento					
Bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais	-466 235,00			-244,41	-466 479,41
Edifícios e outras construções					
Outras propriedades de investimento					
Propriedades de investimento em curso					
Total	-466 235,00			-244,41	-466 479,41

Nota 9 – Imparidade de ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos.

O critério para constituição da imparidade a 100% começou a aplicar-se a dívidas com mais de 6 meses.

Quadro 16 - Imparidade de ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas p/ Imparidade Acumulada	Reversão de Imparidades	Quantia Recuperável
Outros instrumentos financeiros a curto prazo				
Devedores e credores p/ transf., subsídios e empréstimos bonificados				
Clientes, contribuintes e utentes	796 833,84	376 243,63	2 180,03	422 770,24
Fornecedores				
Pessoal				
Acionistas/sócios/associados				
Outras contas a receber e a pagar				
Mercadorias				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	504 644,91	45 340,96		459 303,95
Produtos acabados e intermédios				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
Produtos e trabalhos em curso				
Ativos biológicos				
Adiantamentos por conta de compras				
Investimentos financeiros				
Propriedades de investimento				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos em curso				
Ativos não correntes detidos para venda				
Total	1 301 478,75	421 584,59	2 180,03	882 074,19

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante 2022 – custo médio ponderado. De seguida apresentam-se os quadros com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 17 – Inventários

Ativo	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Recuperável
Mercadorias			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	504 644,91	45 340,96	459 303,95
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	504 644,91	45 340,96	459 303,95

Quadro 18 - Inventários: movimentos do período

Ativo	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos gastos	Variações nos inventários	Perdas por Impari.	Reversões de perdas p/ imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	483 937,53	334 568,68	313 861,30		45 340,96				459 303,95
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
Total	483 937,53	334 568,68	313 861,30		45 340,96				459 303,95

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Esta nota tem como objetivo transmitir o tratamento contabilístico dos rendimentos provenientes de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 19 - Rendimento com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas	28 493,76				
Taxas específicas das autarquias locais	377 452,94				
Multas e outras penalidades	8 427,08				
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	18 987,57				
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1 344,00				
Prestação de serviços					
Serviços específicos das autarquias locais	2 175 935,22				
Concessões	46 133,11				
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	42 512,40				
Outros serviços	29 544,86				
Outros rendimentos					
Ganhos em inventários	6 255,30				
Rendimentos em investimentos não financeiros	838 534,71				
Correções relativas a períodos anteriores	36 892,49				
Outros não especificados	12 964,19				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	199,18				
Total	3 623 676,81	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 20 - Rendimentos sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiant. recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	208 615,36				
Imposto municipal sobre imóveis	1 493 359,40				
Imposto único de circulação	314 583,46				
Impostos indiretos					
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	5 911,89				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	7 605 290,97				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	10 977 841,42				
Serviços e Fundos Autónomos	20 416,20				
Administração Local	267 574,34				
Segurança Social	12 594,93				
Reversões					
De depreciações e de amortizações	14,42				
De perdas por imparidade	2 180,03				
De provisões	573 411,72				
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	742 875,01				
Total	22 224 669,15	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual de contas, não foram constituídas provisões relativamente aos processos judiciais que se encontram em curso, dado que o valor envolvido das indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

A reversão da totalidade do valor registado na rubrica provisões, reflete a anulação da provisão constituída em 2019 por conta do processo litigioso decorrente da empreitada “Ruas”, que teve o seu desfecho no 2ª semestre de 2022.

Quadro 21 - Provisões

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos de quantia descontada	Outros aumentos	Total de aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	573 411,72						573 411,72		573 411,72	
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	573.411,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	573.411,72

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

O ano de 2022 e os primeiros meses de 2023, confirmaram níveis inflacionistas significativos, resultado da guerra na Ucrânia e das consequências deixadas pela Pandemia (COVID19), que podem configurar uma situação de difícil controlo e com influência direta na vida e no rendimento disponível das famílias e das empresas, gerando incertezas futuras.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de impactar as Demonstrações Financeiras de 2022.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Segue-se a informação sobre as Participações Instrumentos Financeiras.

Consta deste mapa o valor da subscrição do capital no Fundo de Apoio Municipal, pelo Município de Alcácer, por força da aplicação da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto.

Quadro 22 – Participações financeiras

Rúbricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Outros	
Participações Financeiras								
Fundo de apoio municipal - FAM	533.304,00							533.304,00
Total	533.304,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533.304,00

Nota 23 - Outras divulgações

Não existem dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social por parte do Município de Alcácer do Sal.

Quadro 23 - Entidades relevantes para efeitos da dívida total

ENTIDADES	Dívida (Balanço)	Exceto Op. Tesouraria	Participação / quota parte	Dívida Total
Entidades intermunicipais				
Comunidade Intermunicipal				19 948,93
CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	20 758,37	809,44	20,00	19 948,93
Entidades associativas municipais ³ :				
Associações de Municípios				5 513,34
AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente	1 352,32	807,66	14,28	77,81
AMGAP - Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo	6 165,69	0,00	6,17	393,37
AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal	5 042,16	0,00	2,23	5 042,16
TOTAL				25 462,27

Quadro 24 – Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2022 e 2021, apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Serviços de saúde	31 051,70	1 355,00
Serviços de transporte	276,75	1 510,05
Serviços de alojamento e de restauração	158 996,57	52 939,18
Serviços de fornecimento de água	1 395 938,10	1 347 582,60
Outros subcontratos ou concessões	236 966,72	250 036,65
Trabalhos especializados	780 479,93	576 853,47
Publicidade, comunicação e imagem	32 865,21	40 277,84
Vigilância e segurança	60 597,21	10 232,38
Honorários	438 389,06	303 045,11
Comissões	263 109,48	183 815,02
Conservação e reparação	537 954,31	356 641,18
Outros serviços especializados	0,00	0,00
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 858,29	1 130,10
Livros e documentação técnica	255,84	3 543,38
Material de escritório	13 735,06	22 359,67
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	43 780,16	102 567,00
Material de educação, cultura e recreio	19 628,18	7 313,58
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	9 103,42	12 800,81
Produtos químicos e de laboratórios	49 021,56	31 684,67
Outros materiais diversos de consumo	172 215,97	123 173,92
Eletricidade	410 291,65	285 023,11
Combustíveis e lubrificantes	416 021,66	334 557,55
Deslocações e estadas	146,64	0,00
Transporte escolar	230 292,40	192 784,76
Outros	11 470,18	8 144,62
Rendas e alugueres	423 833,86	123 654,92
Comunicação	134 251,88	87 959,59
Seguros	101 663,28	96 851,55
Limpeza, higiene e conforto	438 922,92	356 776,61
Outros serviços	480 470,24	663 332,26
Total	6 894 588,23	5 577 946,58

As principais variações verificadas, nas rubricas de serviços de alojamento e restauração, bem como de rendas e alugueres, ficaram a dever-se à retoma das atividades culturais, desportivas e recreativas após o período de pandemia.

Estas atividades referem-se tanto a iniciativas promovidas pelo próprio Município, como a iniciativas promovidas pelo associativismo e apoiadas pelo Município.

Registou-se ainda um acréscimo na rubrica trabalhos especializados, conservação e reparação, bem como na rúbrica eletricidade, todas fortemente influenciadas pelo acréscimo dos preços por força da inflação verificada em 2022, que se repercutiu nos preços da maioria dos bens e serviços.

Quadro 25 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam a seguinte evolução:

Gastos com pessoal	2022	2021
Remunerações dos órgãos autárquicos	266 559,97	249 497,92
Remuneração base	5 150 373,85	4 520 248,10
Subsídio de férias	594 368,58	448 111,17
Subsídio de Natal	454 521,82	389 315,23
Despesas de representação	13 799,10	11 715,69
Subsídio de refeição	522 157,38	469 514,59
Alimentação e alojamento	148,84	188,48
Ajudas de custo	16 661,21	8 877,59
Trabalho extraordinário	403 758,97	298 145,84
Abono para falhas	19 609,03	12 119,97
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	80 403,50	71 517,42
Formação	29 868,77	6 406,99
Outros abonos variáveis	101 906,95	75 662,14
Indemnizações	13 893,67	0,00
Encargos sobre remunerações	1 709 265,06	1 465 156,96
Outros gastos com o pessoal	221 381,60	234 452,94
Outros encargos sociais	356 779,30	329 291,69
Total	9 955 457,60	8 590 222,72

O aumento dos gastos com pessoal em 2022, deve-se essencialmente ao aumento do número de funcionários por via da delegação de competências da Administração Central no Município de Alcácer do Sal, na área da educação.

Quadro 26 – Diferimentos ativos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

Diferimentos ativos	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Transferências e subsídios concedidos com condições	0,00	4 000,00
Total	0,00	4 000,00

Quadro 27 – Diferimentos passivos

Os diferimentos ativos, à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

Diferimentos passivos	2022	2021
Rendimentos a reconhecer		
Transferências e subsídios de capital obtidos com condições	2 837 238,76	7 050 942,99
Total	2 837 238,76	7 050 942,99

O decréscimo registado nos diferimentos passivos explica-se essencialmente pela transferência para a conta 59 dos valores das participações referentes das obras em curso transitadas em 2022 para ativos fixos tangíveis, nomeadamente: a obra da Reversão Zona Ribeirinha Nascente (Parque Urbano) com mais de 2.8 milhões de euros; a obra do Interface de Transportes na Zona Ribeirinha Nascente com cerca de 783 mil euros; o Plano de Mobilidade do Torrão com mais de 316 mil euros, e ainda o Centro de Atividades Náuticas do Torrão com cerca de 90 mil euros.

Quadro 28 – Contas a Receber e a Pagar

Outras Contas a Receber	2022	2021
IMI	781.672,79	0,00
IMT	3.909.402,85	0,00
Derrama	8.001,09	0,00
Juros a receber e outros rendimentos	7.599,34	5.904,21
Outros acréscimos de rendimentos	979.850,08	2.174.827,34
Diversos	24.092,83	33.220,91
Total	5.710.618,98	2.213.952,46

Outras Contas a Pagar	2022	2021
Passivo não Corrente		
Cauções	274.325,49	324.413,12
Passivo corrente		
Remunerações a liquidar	1.375.470,29	1.134.274,94
Outros acréscimos de gastos	327.248,98	397.996,61
Cauções	5.058,75	4.622,49
Outros devedores e credores - Sindicatos	1.713,40	1.608,45
Outros devedores e credores - outros	140.696,53	149.255,47
Total	2.124.513,44	2.012.171,08

O acréscimo registado nas contas a receber é motivado sobretudo pelo valor do IMT, que apesar de ser referente ao ano 2022, apenas será arrecadado em 2023.

Quanto à rubrica contas a pagar, o seu valor de 2021 para 2022 apresenta um aumento ligeiramente acima de 100 mil euros, sobretudo motivado pelo acréscimo da componente remunerações a liquidar, uma vez que em 2022 a massa salarial foi superior à registada em 2021 essencialmente devido à inclusão do pessoal que transitou para o Município, através da transferência de competências na área da educação.

Quadro 29 – Devedores e Credores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis

Os Devedores e Credores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis, à data de 31/12/2022 e 31/12/2021, são os seguintes:

Devedores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis - Ativo	2022	2021
Participação Comunitária Projetos Co-financiados - Inalentejo	1.605.957,14	2.149.044,00
Participação Comunitária Projetos Co-financiados - Outros	17.182,61	17.182,61
Outras participações nos Impostos do Estado	0,00	5.251,20
Total	1.623.139,75	2.171.477,81

Credores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis - Passivo	2022	2021
Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica	0,00	8.000,00
CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral	5.254,50	0,00
Total	5.254,50	8.000,00

A variação mais significativa surge na rubrica Devedores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis, ao nível do Inalentejo que diminuiu face a 2021 cerca de 540 mil euros, uma vez que foram liquidados em 2022 valores referentes a participações comunitárias de projetos Co-financiados.

Nota final

As notas cujos números não se encontrem neste anexo, não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras do Município de Alcácer do Sal.

Anexo I – Caracterização da entidade

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

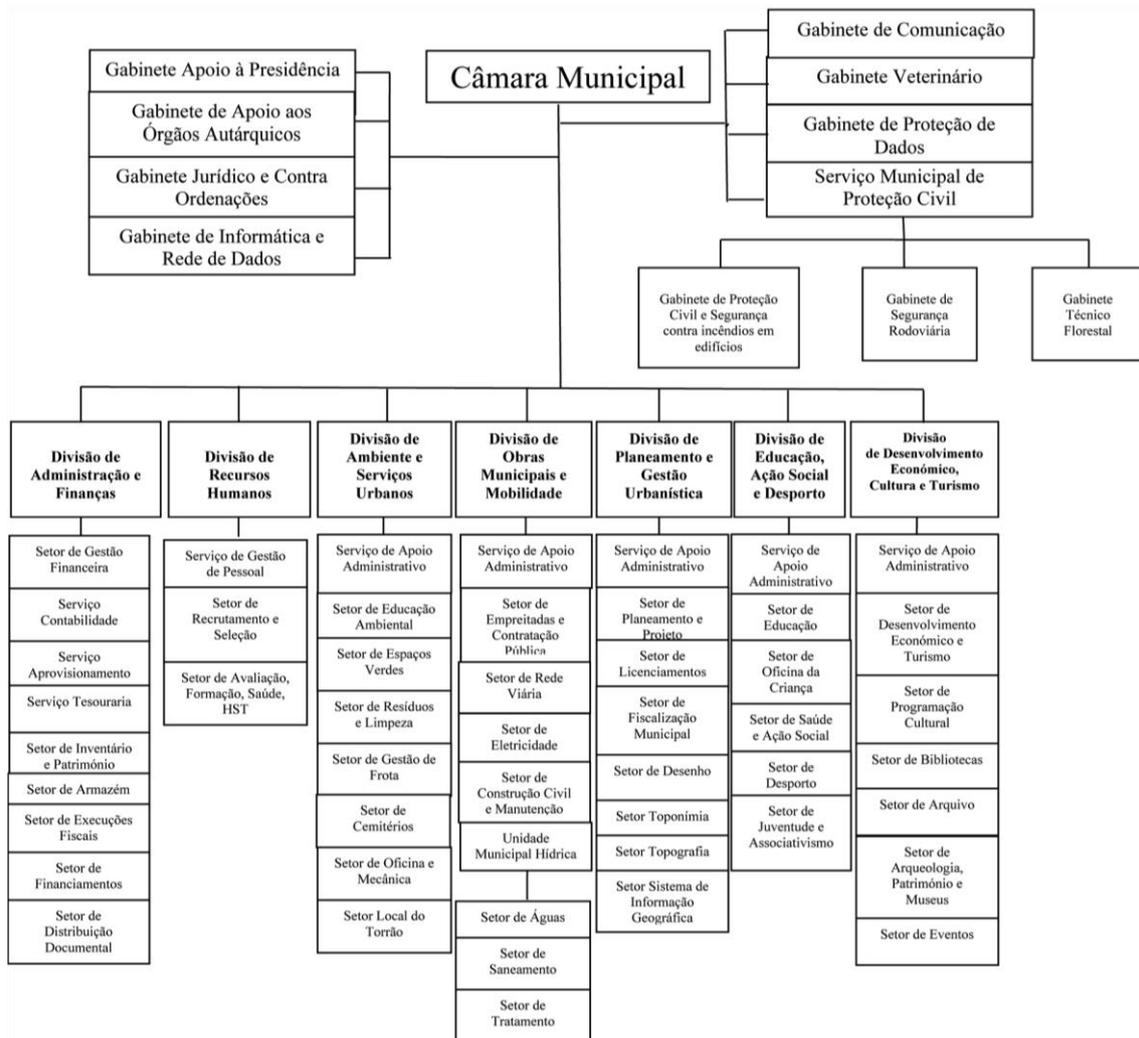
1. IDENTIFICAÇÃO		
Designação Município de Alcácer do Sal		
NIPC 502150319		
Natureza Autarquia Local		
Endereço postal Largo Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal		
Telefone 265610040 Fax 265247003		
Endereço de correio eletrónico secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt - gab.financeiro@m-alcacerdosal.pt		
Sítio na internet www.cm-alcacerdosal.pt		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?		Sim Não x
Organograma em anexo		
2. LEGISLAÇÃO		
Regime Financeiro Lei 73/2013 de 3 de setembro		
Regime Jurídico Lei 75/2013 de 12 de setembro		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE		Sim Não
Serviços Municipalizados		x
(Se a entidade assinalar que detém participações, deverá abrir uma linha para indicar qual a entidade e, dentro dessa linha, deverá ter a opção SIM/NÃO para responder se detém influência dominante sobre aquela entidade)		Influência dominante
Serviços Intermunicipalizados		x
Entidades Intermunicipais		x
Entidades Associativas Municipais		x
Empresas Locais		x
Empresas Participadas		x
Cooperativas		x
Fundações		x
Entidades de outra natureza		x
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES		
O Município de Alcácer do Sal planeia, organiza e executa políticas municipais, designadamente nas áreas de energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, saneamento básico, ordenamento do território, urbanismo e cooperação com outras instituições.		
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO		
Vítor Manuel Chaves de Caro Proença		
Manuel Vítor Nunes de Jesus		
Ana Luisa Alferes Pinto Soares		
Vera Lúcia da Silva Letras		
Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos		
Gabriel Afonso Leal Afonso		
Mara Eloísa Pimentas Marques		
5.2 NÚMERO DE VEREADORES [1]		
Em regime de permanência		3
A meio tempo		0
Restantes vereadores		3
5.3 NÚMERO DE ELEITORES		
Até 10.000		
Mais de 10.000 e menos de 40.000		x
Igual ou superior a 40.000		

6 ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA		
Referencial Contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.		
Sistema Informático: aplicação SNC da AIRC		
7 OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)		
Entidade fiscalizadora IGF-Inspeção Geral de Finanças		
Data da ação 2019		
Período abrangido 01-01-2016 a 31-12-2018		
Identificação da ação Ação de Controlo Contratação Pública		
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar)	09/12/2016
	Regulamentos (todos publicados no sítio do Município da internet)	
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações	11/12/2009
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
	Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	08/06/2022
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)	15/06/2022	
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público		
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	x
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais	x
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	x
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais	x
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL		
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa [2]		
- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	506	
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
	18	18
7.9 CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
	x	
7.10 MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
		x

[1] Cópia da ata onde consta a deliberação da instalação da câmara

Anexo II – Organograma

Organograma da Câmara Municipal de Alcácer do Sal



**Anexo III – Empréstimos obtidos – empréstimos
bancários**

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Orçamento

Plano plurianual de investimentos

Demonstração de desempenho orçamental

Demonstração de execução orçamental da receita

Demonstração de execução orçamental da despesa

**Demonstração de execução do plano plurianual de
investimentos**

Anexo às demonstrações orçamentais

Anexo as demonstrações orçamentais

“As demonstrações orçamentais são uma representação estruturada da execução e desempenho orçamental de uma entidade. Consequentemente, os objetivos das demonstrações orçamentais de finalidades gerais são de proporcionar informação acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentadas, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental. ...” Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, NCP 26.

Face ao orçamento de uma entidade pública, os registos da contabilidade orçamental nele previstos permitem, por classificação económica, acompanhar o orçamento da despesa e da receita, desde a sua abertura, modificações, execução, até ao encerramento.

Assim sendo, apresentam-se no anexo às demonstrações orçamentais os seguintes elementos:

- Alterações orçamentais da receita
- Alterações orçamentais da despesa
- Alterações ao plano plurianual de investimentos
- Operações de tesouraria
- Contratação administrativa – situação dos contratos
- Contratação administrativa – adjudicações por tipo de procedimento
- Transferências e subsídios – receita
- Transferências e subsídios – despesa

As demonstrações orçamentais permitem, nomeadamente: o acompanhamento de todas as fases da receita e da despesa na classe 0 - Contabilidade Orçamental, a verificação através do balancete da contabilidade orçamental do conteúdo das demonstrações orçamentais, conhecer de forma mais simples e direta os cabimentos registados, ou seja, a reserva de dotação orçamental disponível, bem como, o montante daqueles que ainda não se converteram em compromisso, ou seja, assunção perante terceiros da responsabilidade por um possível passivo.

Alterações orçamentais da receita

Alterações orçamentais da despesa

Alterações ao plano plurianual de investimentos

Operações de tesouraria

Contratação administrativa – situação dos contratos

**Contratação administrativa – adjudicações por tipo de
procedimento**

Transferências e subsídios – despesa

Transferências e subsídios – receita

Dívidas a terceiros por antiguidade de saldos

Certificação legal de contas

Relatório e parecer do revisor oficial de contas

OUTROS DOCUMENTOS

**Anexo IV – Declaração de compromissos plurianuais
no âmbito da LCPA**

Declaração de compromissos plurianuais existentes a 31/12/2022
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que lhe foi
dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2022 se encontram devidamente registados na base de dados do Município de Alcácer do Sal, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2023	4.078.666,15€
2024	626.448,71€
2025	551.613,87€
2026	201.291,22€

Alcácer do Sal, _____ de _____ de 2023

O Presidente da Câmara

(Vitor Manuel Chaves de Caro Proença)

**Anexo V – Declaração de pagamentos em atraso no
âmbito da LCPA**

**Declaração de pagamentos em atraso existentes a 31/12/2022
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que
lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que não existem pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2022.

Alcácer do Sal, _____ de _____ de 2023

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

**Anexo VI – Declaração de recebimentos em atraso no
âmbito da LCPA**

**Declaração de recebimentos em atraso existentes a 31/12/2022
nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, com a redação que
lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março**

Nos termos do nº 3 do artigo 15º da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (LCPA), com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março, declaro que todos os recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2022 se encontram devidamente registados na base de dados do Município de Alcácer do Sal, evidenciados nos mapas anexos.

Alcácer do Sal, _____ de _____ de 2023

O Presidente da Câmara

(Vítor Manuel Chaves de Caro Proença)

Anexo VII – Resumo diário de tesouraria

Anexo VIII – Síntese das reconciliações bancárias

Síntese das reconciliações bancárias

Banco	Número da conta	Saldo certificado pela instituição	Operações em trânsito		Saldo contabilístico
			A adicionar	A subtrair	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (3) + (4) - (5)
Caixa Geral Depósitos	0021.000278.330	735.619,20	471,44	3.209,50	732.881,14
Caixa Geral Depósitos	0021.004044.830	146.764,50	0,24		146.764,74
Caixa Geral Depósitos	0021.001280.030	8.434.926,19		189.220,93	8.245.705,26
Caixa Geral Depósitos	0021.000950.830	9.176,90			9.176,90
Caixa Geral Depósitos	0021.010611.230	1.984,47	795,30		2.779,77
Caixa Crédito Agrícola Mútuo	6020.40083224933	1.267.129,83	25,00	1.650,60	1.265.504,23
Banco Português de Investimento	5-1393673.001.001	991.856,28			991.856,28
Novo Banco	0002.5719.4240	70.332,36	24,36	9,61	70.347,11
Caixa Geral Depósitos	0021.015162.230	709.694,40		287,83	709.406,57
Caixa Geral Depósitos	0021.015314.5430	6.760,03			6.760,03
Caixa Geral Depósitos	0021.015326.930	2.200.812,97	0,48	12.450,00	2.188.363,45
Montepio	277.10.001996-1	14.956,16			14.956,16
Caixa Geral Depósitos	0021.015547.430	11.119,07			11.119,07
Caixa Geral Depósitos	0021.015548.230	7.855,28		94,10	7.761,18
Novo Banco	0023.1428518.23	991.110,06	8.228,51	8.285,45	991.053,12
Caixa Geral Depósitos	0021.015943.730	138.197,86			138.197,86
Novo Banco	0034.1325056.23	6.269,26			6.269,26
Novo Banco	0034.1334659.23	7.563,59			7.563,59
Novo Banco	0043.7560211.23	6.640,50			6.640,50
Total		15.758.768,91	14.536,57	215.208,02	15.553.106,22